PROPOSTA DE MESA DO GRUPO DE ESTUDOS DE HEGEMONIA E LUTAS NA AMÉRICA LATINA

CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇO DO AUTORITARISMO OU RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Joana A. Coutinho. Doutora em Ciência Sociais: Política (PUC/SP), professora na Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do GEHLAL. E-mail: joana.coutinho@ufma.br

Coordenador

Denih Monsiváis. Bacharel em Ciência Política Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. E-mail: denihmonsivais@gmail.com

Francesca Savoia. Dra. Em Ciência Política pela Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. E-mail: fratrabajo@gmail.com

John Kennedy Ferreira. Doutor em História Social (USP). Professor na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jk.ferreira@ufma.br

RESUMO (da mesa)

Nos últimos anos temos assistido a uma crise profunda do capitalismo, na sua forma neoliberal, que coloca em questão a democracia representativa, como único elemento de participação das massas na política. A democracia burguesa mostra dificuldades diante da complexidade que se apresenta em nossas sociedades modernas. A universalização do sufrágio, elemento importante para a ampliação da participação das massas, demonstra-se cada vez mais, insuficiente e com surpresas imprevisíveis. Marx descreve em O 18 Brumário de Luis Bonaparte, como, com a perda da hegemonia a classe dominante vê-se em alternativa e neste espaço surge o Luis Bonaparte, não exatamente um "representante da classe", e também como ela, ou suas frações de classe passam a apoiá-lo. Esse cenário, ilustra o compromisso das classes dominantes com a democracia, que não se envergonha de aliar-se a projetos totalmente antidemocráticos. A democracia liberal, tem cada vez mais dificuldades de manter a "áurea" da universalidade e da igualdade, mesmo que formais. Torna-se o seu antípoda, por menos, nutre contra a democracia um ódio visceral. Por outro lado, a radicalização da democracia demostra ser esta incompatível com o capitalismo. Este ano, comemora-se 150 anos da Comuna de Paris, exemplo histórico de radicalização da Democracia, primeira experiência, de um governo operário. Experiência essa que tentaram extirpar da história; mas que sua experiência evoca até os dias hoje, a questão central que trata-se da emancipação humana. Esta mesa, pretende trazer a reflexão sobre várias matizes no campo do marxismo, sobre a crise da democracia representativa e a utopia da radicalização da democracia.

Palavras-chave: Palavra-chave 1. Palavra-chave 2. Palavra-chave 3.

ABSTRACT

. Nos últimos anos temos assistido a uma crise profunda do capitalismo, na sua forma neoliberal, que coloca em questão a democracia representativa, como único elemento de participação das massas na política. A democracia burguesa mostra dificuldades diante da complexidade que se apresenta em nossas sociedades modernas. A universalização do sufrágio, elemento importante para a ampliação da participação das massas, demonstra-se cada vez mais, insuficiente e com surpresas imprevisíveis. Marx descreve em O 18 Brumário de Luis Bonaparte, como, com a perda da hegemonia a classe dominante vê-se em alternativa e neste espaço surge o Luis Bonaparte, não exatamente um "representante da classe", e também como ela, ou suas frações de classe passam a apoiá-lo. Esse cenário, ilustra o compromisso das classes dominantes com a democracia, que não se envergonha de aliar-se a projetos totalmente antidemocráticos. A democracia liberal, tem cada vez mais dificuldades de manter a "áurea" da universalidade e da igualdade, mesmo que formais. Torna-se o seu antípoda, por menos, nutre contra a democracia um ódio visceral. Por outro lado, a radicalização da democracia demostra ser esta incompatível com o capitalismo. Este ano, comemora-se 150 anos da Comuna de Paris, exemplo histórico de radicalização da Democracia, primeira experiência, de um governo operário. Experiência essa que tentaram extirpar da história; mas que sua experiência evoca até os dias hoje, a questão central que trata-se da emancipação humana. Esta mesa, pretende trazer a reflexão sobre várias matizes no campo do marxismo, sobre a crise da democracia representativa e a utopia da radicalização da democracia.

Palavras-chave: democracia, Estado, comuna.

ABSTRACT

We've been watching a profound crisis of capitalism lately, in its neoliberal form, which calls into question the representative democracy as the sole element of participation of the masses in politics. The bourgeois democracy struggles in face of the complexity presented in our modern societies. The universalization of the suffrage, an important element for the increasing of the participation of the masses, shows itself increasingly insufficient and with unpredictable surprises. Marx describes in The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte how, with the loss of the hegemony, the dominant class sees itself without any alternative, and then in this space emerges Louis Bonaparte, not exactly a "representative of the class". Also, how this class or its fractions begins to support him. This scenario illustrates the commitment which the dominant class has, unashamed of aligning itself to antidemocratic projects, with democracy. The liberal democracy find it increasingly difficult to keep the aura of universality and equality, even if formal. It becomes its antipode, at the very least, it nurtures a visceral hatred against democracy. On the other hand, the radicalization of democracy proves to be incompatible with capitalism. This year marks the 150th anniversary of the Paris Commune, a historical example of radicalization of democracy, the first experience of a workers' government. An experience which many tried to extirpate from History, but which evokes, until today, what the central question of the human emancipation is about. This table intends to reflect on the many hues of the marxism field about the representative democracy crisis and the utopia of the radicalization of democracy

Key Words: democracy, State, commune.

CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: o ascenso do fascismo contemporâneo

Joana A. Coutinho

Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas (Marx, Crítica ao Programa de Gotha)

RESUMO

Este texto reflete a aguda crise da democracia representativa e seus reflexos em países de capitalismo dependente. Numa crise da democracia, onde está centrada a tensão entre representantes e representados, sem nenhuma organização que aponte para rupturas que encaminhe para uma radicalização da democracia, significa, ao contrário, um retrocesso e uma ruptura a direita. Ou seja, a estados de exceção, como aumento do autoritarismo e ditaduras.

Palavras-chave: democracia, crise, fascismo

ABSTRACT

This text reflects the acute crisis of representative democracy and its consequences in countries of dependent capitalism. In a crisis of democracy, where the tension between representatives and represented is centered, without any organization that points to ruptures that lead to a radicalization of democracy, it means, on the contrary, a step backwards and a rupture to the right. In other words, to states of exception, such as the rise of authoritarianism and dictatorships.

Keywords: democracy, crisis, fascismo**.**

.

1 INTRODUÇÃO

Este texto busca discutir a crise das democracias representativas e o ascenso da extrema-direita, que flerta, em grandes medidas com a ideologia e práticas fascistas. Vimos crescer nos últimos anos, os partidos de direita e de extrema-direita em todo o mundo ocidental. A América Latina, depois de década com partidos progressistas a frente, foi tomada por golpes e ou tentativas de golpes, quase sempre orquestrado pelos EUA. Longe de ser um fenômeno isolado, trata-se, de uma crise profunda do capitalismo que se reverte também na sua forma de representação: a democracia representativa, ou democracia burguesa. Cabe, portanto, um estudo aprofundado, para entendermos como a "democracia" está em risco, porque não consegue mais responder ou —aparentar que responde— às questões universais. A democracia como forma de Estado, implica a

> presença de algum órgão de representação direta da classe exploradora no seio da organização estatal total, mas não resume a isto. Para que haja democracia, em qualquer tipo histórico de Estado (escravista, asiático, feudal, burguês), é preciso também que tal órgão, quando existente, intervenha de fato no processo definição/execução da política de Estado. Isto é, não basta que o Estado abrigue uma Assembleia, onde se reúnam todos os membros da classe exploradora ou os seus delegados, para que haja democracia (SAES, 1987, p.23).

São muitas as formulações sobre democracia, o nosso espaço não permite tal exercício, nos limitaremos a discutir a questão da democracia no estado capitalista (burguês) e com as formas de exceção — ditaduras, fascismo— como regimes de governos.

1. Estado burguês- democracia burguesa ou ditadura da burguesia.

As elaborações de Décio Saes (1985) nos permitem uma visão clara do papel do Estado burguês, nas sociedades capitalistas. Para o autor, o estado burguês ou estado capitalista,

> cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. E o faz, na medida em que desempenha uma dupla função: a) individualiza os agentes da produção (produtores diretos e

> proprietários dos meios de produção) mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é sujeitos individuais aos quais se confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais:, isto é um contrato de compra e venda da força de trabalho; b) Neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determina, por esse modo, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo (SAES, 1985, p. 32-33).

O Estado burguês cumpre assim um papel fundamental, apresenta-se como defensor "universal", ou seja, está acima dos interesses particulares das classes sociais. O Estado, exerce uma certa autonomia, como assinala Marx, na Ideologia Alemã

> (...) a burguesia, por ser uma classe, não um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio, uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, **o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil**; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX, 2007, p. 75).

O Estado, portanto, é a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo e é dessa contradição que o interesse coletivo assume como Estado, uma "forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais". As lutas no interior do Estado

> a luta entre democracia, aristocracia e monarquiam a luta pelo direito de voto etc. etc., não são mais do que formas ilusórias — em geral, a forma ilusória da comunidade — nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes (Marx, 2007,p.37).

É nesse contexto que a luta pela democracia se materializa no interior do Estado burguês. Na Crítica ao Programa de Gotha— Partido Operário Alemão—, Marx, indaga, como propõe o programa do Partido, o que é o "Estado "livre"? Tornar o Estado livre não é tarefa dos trabalhadores. A liberdade "consiste em converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela, e ainda hoje as formas de Estado são mais ou menos livres de acordo com o grau em que limitam "a liberdade do Estado" (MARX, 2012, p.42). Marx contundamente, ironiza

os termos usados pelo Partido, tal como “Estado atual”, “sociedade atual”, porque trata-se da sociedade capitalista, que

> Em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país, no império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suiça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. O “Estado atual” é uma ficção (MARX, 2012, p.42).

Colocada a especificidade de cada formação social, trata-se do Estado capitalista, portanto, a discussão sobre a democracia neste Estado está carregada de adjetivação[1]: democracia representativa; democracia econômica; democracia social, etc., etc.

Marx assevera que

> os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvido em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais. Neste sentido, pode-se falar em “atual ordenamento estatal” em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido (idem.)

Quando pensamos que a democracia representativa está em uma das suas mais profundas crises, remete-nos a pensar o limite dessa inserção e participação das massas trabalhadoras na política. Ou melhor, há aqui, o que Gramsci chama de crise de hegemonia. Em outras palavras a crise da democracia é também uma crise da hegemonia. Diz Gramsci, no Cuaderno 8 nota 191.

> Entre tantos significados de democracia, el más realista y concreto me parece que se puede extraer en conexión con el concepto de hegemonía. En el sistema hegemónico, existe democracia entre el grupo dirigente y los grupos dirigidos, en la medida en que [el desarro de la economía y por lo tanto] la legislación [que expresa tal desarrollo] favorece el paso [moledar] de los grupos dirigidos al grupo dirigente. En el Imperio Romano existía una democracia imperial-territorial en la concesión de la ciudadanía a los pueblos

[1] Ver para essa discussão: Giovani Sartori. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994; David Held. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987. Robert A. Dahl, Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Zahar, 1955 entre outros.

> conquistados, etcétera. No podía existir democracia en el feudalismo por la constitución de grupos cerrados, etcétera.

A importante formulação de Gramsci a respeito da hegemonia é central para compreendermos a crise da "democracia representativa" e o seu "filho desnaturado": o fascismo.

O surgimento do fascismo, é claro, só pode ser compreendido ao compreendermos a investida do imperialismo (clássico), advogamos aqui, a tese de que na atual crise do capitalismo e, consequentemente, do imperialismo estadunidense e europeu, abre espaço para o crescimento do "fascismo" ou quaisquer denominações que lhe queiram dar.

A crise dos Partidos Políticos, como retrata Gramsci

> En cierto punto de su vida histórica los grupos sociales se separan de sus partidos tradicionales, o sea que los partidos tradicionales en aquella determinada forma organizativa, con aquellos determinados hombres que los constituyen, los representan y los dirigen no son ya reconocidos como su expresión por su clase o fracción de clase. Cuando estas crisis tienen lugar, la situación inmediata se vuelve delicada y peligrosa, porque el campo queda abierto a soluciones de fuerza, a la actividad de potencias oscuras representadas por los hombres providenciales o cansmáticos :Cómo se crean estas situaciones de oposición entre representantes y representados, que del terreno de los partidos (organizaciones de partido en sentido estricto, campo electoral-parlamentario, organización periodística) se refleja en todo el organismo estatal, reforzando la posición relativa del poder de la burocracia (civil y militar), de la alta finanza, de la Iglesia y en general de todos los organismos relativamente independientes de las fluctuaciones de la opinión pública? En cada país el proceso es distinto, si bien el contenido es el mismo (Gramsci, Cuadernos de La Cárcel, 13 &23).

É dizer, a crise de representação, a insatisfação das massas, não leva a uma imediata ruptura revolucionária, mas, ao contrário o crescimento de forças conservadoras e fascistas.

Fascistização: lenta e progressiva

A fascistização da sociedade avança. O horror ao pobre, negro, a esquerda em geral, é parte da ideologia. Como assinala Poulantzas (1974, p.105). "os discursos fascistas não são enunciados num campo fechado da "ideologia geral", mas na articulação das diversas ideologias e subconjuntos ideológicos referentes às classes em luta.

Poulantzas, no livro Fascismo e Ditadura, ajuda-nos a compreender, o que significa o processo de fascistização da sociedade. O processo de fascízação e a instauração do fascismo correspondem a uma situação de aprofundamento de ajuda a exacerbação das contradições internas entre as classes e frações de classe dominantes: é este um elemento importante da crise política em questão. Há uma crise de hegemonia, como diria, Gramsci e, portanto, uma crise da autoridade. Na América Latina, comumente confundimos a ideologia do fascismo que se alargou nas ditaduras militares, para recusarmos a presença do fascismo no continente. Aqui, Florestan Fernandes e também o boliviano, René Zavaleta, nos ajuda a interpretar a realidade latino americano e pensarmos que fascismo podemos presenciar aqui.

Zavaleta, nos dá a chave para compreender o fascismo contemporâneo. Nas palavras do autor, o fascismo é um projeto de fora para dentro, só podemos compreender o fascismo se o associarmos ao imperialismo, e a crise capitalista.

> El fascismo es pues algo ligado al mismo tempo a las necesidades de la concentración del capital y a la suerte ideológica que corran los grupos intermedios, que son, tanto para el proletariado como para la burguesía, el "lugar social" donde se construyó la mayoría nacional, es decir, la cualidad mayoritaria sin la qual es impensable la resolución proletaria de la crisis general (Zavaleta, 2015,p.375)

Desde seu surgimento, ou seja, o fascismo clássico, na Itália, ascende num momento de investida do imperialismo e uma resposta reacionária, conservadora a crise. Como assinala Poulantzas, o fascismo é uma "crise do estágio imperialista", foi nos dois exemplos clássicos e podemos arriscar a afirmar que continua sendo, nesse momento.

> O que importa é então evidenciar certas características gerais desse estágio e seu impacto sobre o fascismo. Alguns desses fatores muitas vezes considerados como as causas fundamentais e *sine qua non* do fascismo, a saber as crises econômicas particulares que atravessaram, no momento do seu estabelecimento, a Alemanha, e a Itália, as particularidades nacionais desses dois países (....) (Poulantzas, 2021,p.26).

O fascismo compreende uma crise profunda da hegemonia. Ou melhor dizendo, "nenhuma classe ou fração de classe dominante parece capaz de impor, seja por seus

próprios medios de organização política, seja através do Estado 'democrático parlamentar' sua 'direção' sobre as outras classes (Poulantzas, 2021,p.76).

As similitudes do fascismo clássico com o que estamos chamando de fascização, ou se quisermos "fascismo contemporâneo", a crise estrutural do capitalismo — e do imperialismo— que faz com que suas ações sejam ainda mais violentas. A globalização excludente, o limite cada vez maior da democracia representativa leva a um paradoxo. O fascismo de hoje, diferente do fascismo clássico nada tem de nacionalismo [a não ser a verborragia], é ao contrário aliado do imperialismo. Segundo Alain Badiou, a definição que melhor caracteriza é a de um fascismo neoliberal. Como define David Harvey, o "novo imperialismo", por desapossamento, deu também origem a um novo tipo de fascismo, mas os elementos chaves interpretativos estão dados: crise da democracia liberal-representativa, mas sem nenhuma força organizativa dos trabalhadores capaz de dar o "norte".

Fascismo e América Latina

O fascismo na América Latina é mais um projeto externo que se coloca como alternativa. É um projeto ideológico que mobiliza as massas. É uma resposta conservadora e reacionária a crise política e ideológica. Essa crise ideológica é a crise da ideologia dominante, mas também a crise do subconjunto de ideologias que existem no seio da sociedade. Nesse sentido, ele precisa ser compreendido como um projeto ideológico.

Os criticos dessa construção alegam — não sem fundamento— que falta, no caso brasileiro, um partido político de massas capaz de mobilizar e organizá-las. Se é verdade que não conseguiram constituir um partido político fascista[2], a organização e a base para o desenvolvimento da ideologia fascista o partido político foi substituído por parte significativa das chamadas igrejas "neopentecostais" e claro, as milícias e sua penetração na estrutura do Estado.

[2] Poderíamos fazer várias especulações dos motivos pelos quais, um partido com este programa mais claro não vigorou, adiantamos que nesse caso, o partido político não lhe faz falta.

Dizer que a ascensão da extrema direita carrega uma “novidade” em si mesma, ou que ela não traz nenhuma semelhança com o que deveras aconteceu no passado. Ou seja, não se trata do fascismo clássico, realmente impossível, mesmo porque o “fascismo” se adequou por assim dizer às formações sociais. Assim, por exemplo, a experiência do salazarismo, não pode ser a mesma que a experiência da Itália sob Mussolini ou a experiência da Alemanha, sob Hitler.

Uma análise a concluir

Algumas questões estão em aberto, estudar o fenômeno em sua profundidade torna-se uma tarefa urgente. Questões como o que vivemos hoje pode ou não ser denominado de fascismo? Quais os elementos de hoje e de ontem nos permite refletir e atuar para sua superação. Aqui, voltamos ao ponto de partida. A crise da democracia burguesa só pode ser superada pela radicalização da democracia. Quer dizer: a plena realização da democracia não é possível de se realizar no capitalismo. Porque a

> Burguesia é obrigada a falsificar a verdade e chamar e “governo do povo”, ou democracia geral, ou democracia pura, a república democrática (burguesa), que representa, na prática a ditadura da burguesia, a ditadura dos exploradores sobre as massas de trabalhadores (LÊNIN, 2019, p.11)

A experiência da Comuna de Paris, embora tenha durado tão pouco tempo na história foi a mais exitosa a pensar na radicalização da democracia.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la Cárcel. Tomo II. México: Ediciones Era, 1981.

_____. Cuadernos de la Cárcel. Tomo V. Cuaderno 13. México: Ediciones Era, 1999.

LÊNIN, Vlaímir Ilitch. Democracia e luta de classes. São Paulo: Boitempo, 2019.

Marx, Karl. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAES, Décio. República do Capital. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Democracia. São Paulo: Ética, 1987.

_____. A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

LA SOCIEDAD CIVIL Y SUS REVESES AUTORITARIOS: UN VISTAZO SOBRE LAS ORGANIZACIONES ANTIABORTO

Denih Monsiváis

RESUMEN

El presente escrito parte de la problematización de la noción de sociedad civil que la concibe como un espacio desde donde las organizaciones explayan los valores democráticos, promoviendo el bienestar social y la resistencia ante los autoritarismos del Estado. En consecuencia, retomando la perspectiva de Antonio Gramsci del Estado Integral y la Hegemonía, se complejiza esa visión y se pondera una concepción de sociedad civil como el espacio en el que se disputa la dirección política y la construcción de consenso y sentido común. Esta perspectiva permite aproximarse analíticamente a los sectores autoritarios que se gestan en el seno de la sociedad civil, tanto nacional como internacional, y que interpelan al Estado, llegando a incidir en sus disposiciones legales. En este rubro encontramos a las organizaciones civiles antiaborto, comúnmente referidas como “Pro-vida”, que en los últimos años han logrado consolidarse como una fuerza vigente del conservadurismo en México y América Latina.

Palabras clave: Sociedad civil; Pro-vida; Conservadurismo.

ABSTRACT

This writing starts from the problematization of the notion of civil society that conceives it as a space from which organizations expand democratic values, promoting social well-being and the resistance to the authoritarianism of the State. Consequently, returning to Antonio Gramsci's perspective of the Integral State and Hegemony, that vision becomes more complex and a conception of civil society is weighed as the space in which political direction and the construction of consensus and common sense are disputed. This perspective allows an analytical approach to the authoritarian sectors that are gestating within civil society, both national and international, and that challenge the State, even influencing its legal provisions. In this area we find the anti-abortion civil organizations, commonly referred to as "Pro-life", which in

recent years have become as a consolidate current force of conservatism in Mexico and Latin America.

Keywords: Civil society; Pro-Life; Conservatism.

INTRODUCCIÓN

Algunos de los debates contemporáneos desarrollados desde áreas como la ciencia política y la sociología, han abordado el tema de la sociedad civil como un punto clave para pensar el estado actual de las democracias y varias de las temáticas que se le relacionan, como la gobernabilidad, la incidencia en políticas públicas, la participación ciudadana, por mencionar unas cuantas.

Esta tendencia lleva ya algunos años en boga y se ha extendido ampliamente, desde la academia hasta los medios de comunicación, propagando a veces una idea ambigua de lo que es la sociedad civil, pero dejando en claro que ésta tiene un papel vital para la vida democrática.

Así, tenemos que la sociedad civil es entendida como una porción organizada de la ciudadanía que hace frente a un Estado con tendencia autoritaria o centralizadora y que, a su vez, se diferencia de la sociedad política por no perseguir la toma del poder estatal y de la sociedad económica, no por poseer fines lucrativos.

Esto puede derivar en que se le vea como el conjunto de las organizaciones no gubernamentales (ONGs), de asociaciones civiles y de organizaciones de iniciativa privada (y voluntaria, como se suele acentuar), que procuran crear programas de asistencia filantrópica y apoyo social, sobre todo a raíz del abandono de la cuestión social por parte del Estado a partir del neoliberalismo. Entendida la sociedad civil de esta forma es que confluye con lo que se ha llamado “el tercer sector”, una noción que ha sido criticada por su cualidad homogeneizante, representando un impedimento para identificar la heterogeneidad y diversidad de proyectos e intereses al interior de la sociedad civil. (DAGNINO, et. al., 2006)

Por otro lado, también desde esa perspectiva tripartita de sociedad civil como esfera separada del Estado y del mercado, se ha cultivado una noción de ésta que se

identifica con los valores democráticos, es decir, se le ve como el seno de las virtudes cívicas, y suele mirarse como el conjunto de la ciudadanía que mantiene una participación activa a través de colectivos políticos y movimientos sociales o participación individual y voluntaria en la vida cívica de un Estado democrático, como se ha difundido a través de la conceptualización de los autores Jean Cohen y Andrew Arato. (2000)

Ambas perspectivas tienen una posición clara sobre la diferencia de la sociedad civil respecto del Estado y en muchos casos hasta se les concibe de manera antagónica, otorgándole al Estado una caracterización de autoritarismo per sé, creando la ilusión dicotómica de que la sociedad civil tiene un carácter inherentemente democratizador.

Pero si esto es así, ¿qué pasa con los fenómenos a los que asistimos recientemente y cada vez con más frecuencia, en los que las iniciativas ciudadanas proponen y pugnan por la declaración de proyectos que no se asemejan a lo que se concebiría idealmente como democracia? Para dejar por fuera los eufemismos, me refiero a los proyectos emanados de grupos y asociaciones civiles que, buscando incidir en la elaboración de leyes y reformas así como en las disposiciones legales, enarbolan discursos, propagandas y hasta movimientos que tienen como premisa la restricción de derechos, y la renuencia al reconocimiento y/o participación de ciertos sectores de la población.

Entonces ¿no que la sociedad civil encabezaba los proyectos democráticos que harían contrapeso al Estado y serían la respuesta de la ciudadanía a los vicios autoritarios y voraces de la sociedad política y la economía? Parece que la corriente liberal que propuso el modelo de sociedad civil descrito anteriormente y que asumió este precepto valorativo en su noción, se quedó a mitad del camino en la caracterización de ésta. Hace falta, entonces, seguir problematizando la noción de sociedad civil, tan difundida hasta ahora, que la coloca en el lado positivo del binomio “sociedad civil-Estado”, y pensar más acerca de cómo es la relación de ésta en torno al Estado, pero también en torno a los intereses de los grupos económicos dominantes

y las altas clases políticas internacionales, expresados en las medidas de control político y geoestratégico que se han podido observar en tiempos recientes en varios de los países de América Latina.

Esta dimensión nacional-internacional de la relación entre la sociedad civil y el Estado (o sociedad política) no puede dejar de lado tampoco los influjos económicos que establece el capitalismo financierizado, todo lo cual, en conjunto, configura una primacía en el reconocimiento de ciertos sectores de la sociedad civil sobre otros, en el ámbito de la opinión pública, los medios de comunicación y desde luego, en los espacios de interlocución con los representantes de la democracia estatal.

La problematización de aquella concepción de sociedad civil que hemos referido al inicio puede llevarse realizarse desde la propuesta crítica de Antonio Gramsci, quien propone una mirada más compleja sobre la sociedad civil y sus relaciones de identidad y diferencia respecto del Estado, siendo en ésta donde se desarrollan las disputas por lo político y la concreción de una determinada dirección estatal y económica.

Desde esta perspectiva, y no desde una que santifica el carácter democrático de la sociedad civil, considero que podemos acercarnos mucho más a la comprensión de fenómenos de autoritarismo social y estatal, y, por ende, también podemos advertir los diferentes proyectos que se disputan la dirección de la política estatal, sin dejar de mirar la consolidación de movimientos y proyectos que plantean una resistencia ante los sectores autoritarios presentes bajo el mote de “sociedad civil”.

De este modo, en el presente trabajo se tiene por objetivo acercarnos a este fenómeno en el que sectores amplios de la sociedad civil han encabezado una disputa abierta por la restricción de derechos, en particular, aquellas que han asumido una posición férrea en contra de la legalización y carácter público del aborto y con ello, también contrarias al reconocimiento de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, al libre desarrollo de las identidades diversas, al matrimonio homosexual y la

adopción homoparental, así como a la educación sexual integral, puesto que todo esto rompe con un ideario conservador-religioso.

2. Concepciones de la sociedad civil

El concepto de sociedad civil que se ha popularizado, tanto en varios sectores de la academia como en la opinión pública, se ha referido a ésta como un actor (o espacio de acción) diferenciado del Estado y del mercado, donde confluyen grupos sociales y asociaciones voluntarias, que, a través de relaciones mediadas por la solidaridad y valores democráticos como la participación, la apertura a la diversidad, el antiautoritarismo, se articulan para hacer frente a las tendencias estatistas y demoledoras del mercado.

Esta sociedad civil se asume como un ente democratizante, necesario para el buen funcionamiento de un Estado liberal democrático-representativo, garantizando así buena gobernanza sobre amplios sectores de la sociedad. Además, esta diferenciación del Estado y del Mercado le abre la posibilidad de autoregularse, para no caer en la búsqueda del lucro o el poder político. Es suma, es la sociedad civil donde se resguardan los valores comunitarios y se resiste ante el burocratismo estatal y su tendencia a regular todos los aspectos de la vida pública y privada. (COHEN y ARATO, 2000)

No obstante, si bien esta acepción ha sido muy socorrida por su abarcabilidad y su necesario discurso democratizador, nos conduce a mirar desde una perspectiva muy mecánica -por no decir maniquea- la relación entre sociedad civil y Estado, -la primera como buena y el segundo como malo. Y más allá de las experiencias históricas de autoritarismo estatal, que no son pocas por cierto, un análisis desde esta perspectiva no permite aproximarse a la heterogeneidad de la sociedad civil, a su estrecha relación de unidad y diferencia con Estado, y, sobre todo, no nos deja entenderla como un espacio de pugna, un espacio enteramente político, donde se disputan desde proyectos estatales o político-económicos, hasta visiones del mundo, prácticas culturales, modos organizativos, proyectos nacionales-populares, memorias

históricas, etcétera, las cuales, sin duda pueden incidir en la configuración estatal y en las decisiones políticas que se afirman por sobre todo el conjunto social.

Ante esta complejidad presente en las sociedades civiles modernas, la perspectiva de la hegemonía y de la sociedad civil como parte de la ecuación del Estado Integral (que contiene a su vez a la sociedad política) que nos aporta el marxista italiano Antonio Gramsci, se vuelve crucial y de mucha utilidad.(GRAMSCI, 2000, C.6, § 88)

Pensar a la sociedad civil en clave gramsciana sígnica entenderla como el espacio donde se fragua la “hegemonía política y cultural de un grupo social sobre la sociedad entera” (GRAMSCI, 2000, C.6, §24, p.28) nos permite ver, ante todo, que en el ámbito de la sociedad civil, así como en el de la sociedad política, hay una serie de disputas y configuraciones históricas que acompañan y delinean la hegemonía (o la crisis de ésta); es decir, permite aproximarnos e identificar las relaciones de fuerza que lidian por la dirección de un grupo social y la imposición del proyecto político sobre el resto de la sociedad, revestido de mecanismos de coerción y de mediaciones sociales, intelectuales, morales y de sentido común, que permiten la construcción de consenso.

Así tendríamos que, en la sociedad civil, como espacio histórico-político, se desenvuelven, reproducen e incluso se innovan las condiciones y directrices materiales y culturales que caracterizan a una sociedad entera. A su vez, como diría Gramsci retomando la concepción de Hegel, la sociedad civil es el contenido ético del Estado (GRAMSCI, 2000, C.6, §24), es decir, muchos de los valores que se reproducen en ella sirven para el sostenimiento de la hegemonía, y por ende, de un cierto tipo de Estado, de tal forma que la sociedad civil no está completamente separada, ni es cien por ciento autónoma o antagónica al Estado, sino que, si bien es diferente a él, en esta relación ético-política, radica su identidad.

2.2 Conservadurismos y autoritarismo en la sociedad civil

Como vemos, si nos remitimos a la concepción gramsciana de la sociedad civil, nos será posible verla como un espacio de desarrollo de las relaciones de fuerza, es decir, como un espacio de lo político. Por ende, la idea de la sociedad civil como espacio aséptico y de esencia democratizante, se desvanece.

En su lugar tenemos una mirada más amplia sobre la sociedad civil; su diversidad de sectores, las tendencias que se vislumbran, los proyectos que se enarbolan y se echan a andar, y que tienen impacto sobre el sentido común, la cultura política de vastos sectores de la población.

Como dijimos en la introducción, aquí nos interesa mirar cómo algunas organizaciones de la sociedad civil, con sectores cada vez más amplios y consolidados, han implementado una contienda de proyectos y protestas, que pretenden disputar un lugar privilegiado de enunciación como sociedad civil, y con ello la cultura política y el sentido común de sus sociedades. En suma, pretenden, como muchas otras organizaciones de la sociedad civil (OSC), intervenir en la elaboración de políticas públicas, reformas legales y en la toma de decisiones estatales.

Estos sectores tienen una raigambre histórica muy larga que responden al pasado colonial, a configuraciones nacionales específicas y al desarrollo del capitalismo en la mayoría de nuestros países. Además, tienen en sus fundamentos ideales conservadores, religiosos en algunas ocasiones, con ideologías que tienen en el centro al clasismo, racismo, o al patriarcado, ya que históricamente se han servido de las opresiones que generan estos sistemas y sus estructuras de poder.

Por ende, se alarman ante la reivindicación de los derechos de las mujeres, de los pueblos originarios, de los discursos de diversidad e inclusión, de la amplitud de la participación política, de la laicidad en la educación, etc. Pero su conservadurismo va más allá de defender su posición históricamente privilegiada, estas organizaciones han elevado sus discursos autoritarios, a casi fascistoides, sobre todo en lo concerniente a temas de migración, racismo, seguridad, pero también en torno a los cuerpos de las mujeres.

Un ejemplo de la avivada participación de estos sectores conservadores de la sociedad civil lo tenemos cuando miramos la actividad intensa de organizaciones que se autodenominan “Pro-vida” y que han intensificado en la última década su activismo en contra del aborto legal y público.

Lo interesante de este sector es que muestran con claridad que la sociedad civil tiene una estrecha relación con la sociedad política y en conjunto configuran las expresiones estatales y las disputas que se dan en torno a la dirección político-cultural de la sociedad y de la administración burocrática y legal, al mismo tiempo que pugnan por hacer extensivo su repertorio ideológico al enfrentarse directamente con otros sectores y organizaciones de la sociedad civil que no comparten su ideario.

Aunado a ello, las organizaciones sociales “Pro-vida” dan cuenta de la dimensión internacional de la agenda conservadora de estos sectores de la sociedad civil. Como dijimos antes, la relación entre lo nacional y lo internacional es un aspecto clave a tener en cuenta cuando analizamos a la sociedad civil desde la perspectiva del Estado Integral de Gramsci, lo cual nos permite ver fenómenos que se gestan en ella, como el avance de los autoritarismos, la reconfiguración de la derecha política y las crisis de hegemonía que atraviesa la democracia representativa.

Como ejemplo, basta mencionar la articulación existente entre las organizaciones civiles dedicadas a detener la legalización del aborto en varios países de América Latina. Por ejemplo, la Alianza Latinoamericana para la Familia, tiene presencia en México, Venezuela, Chile, Perú, Argentina, por mencionar los de mayor actividad, sin embargo, tienen representantes en todos los países de América Latina.[i] Así mismo, organizaciones como “40 days for life” (40 días por la vida) tiene presencia en toda América Latina y su base original se encuentra en Texas, Estados Unidos.[ii]

Esta articulación internacional no sólo genera bloques de apoyo para las organizaciones a nivel nacional y las actividades que estas emprenden en sus localidades, sino que también las une a un programa ideológico y político que repite mecánicamente que la *ideología de género* pone en peligro a las infancias y que atenta

contra la familia tradicional y que, junto al feminismo, tiene como propósito minar la vida por medio del aborto y la corrupción de mujeres, niñas y niños; así mismo, repiten que el adoctrinamiento que generan las izquierdas ponen en peligro la libertad y los buenos valores como el trabajo, la obediencia, etc, permitiendo el avance de ideas progresistas que, según ellos, llevan al caos y la ingobernabilidad.[iii]

Aunado a esto, el apoyo internacional se ve reflejado en las cuantiosos apoyos monetarios y acuerdos económicos, que dan sostén a su agenda y que les permiten seguir extendiendo sus redes y su influencia tanto en la sociedad política como en los sectores medios y populares de la sociedad civil.

En el caso de México, podemos ver a través de la información que el medio virtual *Sin embargo Mx* ha sistematizado, que

> En 12 años, 36 organizaciones que han dado la batalla en contra del aborto legal recibieron en sus arcas 857 millones 841 mil 961 pesos en donativos, con un promedio de captación de 77 millones 985 mil 633 al año, de acuerdo con los reportes de donatarias autorizadas que fueron entregados a la Secretaría de Hacienda y Crédito Público. (…) Las cinco organizaciones que obtuvieron más recursos son Voluntad Solidaria por México (207 millones 729 mil 988 pesos), Vida y Familia México, I.A.P. (87 millones 800 mil 464), Vida y Familia Nacional, A.C. (72 millones 715 mil 312 pesos), Vida y Familia Monterrey A.C. (71 millones 65 mil 431 pesos) y Vida y Familia, A.C. (68 millones 542 mil 598 pesos). (FLORES, 2019)

Como lo muestra este breve acercamiento a los datos, las organizaciones “provida”, reciben cuantiosas cantidades de sus homólogas en el extranjero, así como de la iglesia católica y evangélica y otras organizaciones de asistencia social que les han ayudado a integrar lazos y consolidar su presencia a nivel nacional, logrando en varios casos tener éxito en algunos casos al influir a su favor en los congresos locales para detener u omitir las iniciativas de ley para la despenalización del aborto.

Sus actividades se suman a las iniciativas donde participan otro cúmulo de organizaciones nacionales que coinciden con su retórica anti-aborto y que establecen alianzas con políticos locales y representantes federales, como diputados, senadores, legisladores, etc., para promover acciones legales de detracción en torno al aborto legal, u otras temáticas de su interés, como la adopción homoparental, la educación

sexual integral, el reconocimiento del matrimonio homosexual, entre otras, que desde su visión, atentan contra el modelo tradicional de familia y los valores que consideran que debe promover el Estado, apegándose a un ideario moral vinculado a lo religioso.

Nuevamente en el caso mexicano, organizaciones como el Frente Nacional por la Familia, Voluntad Solidaria por México, Vida y Familia A.C. (VIFAC), por mencionar sólo las más grandes, han tendido una gran red de organizaciones a nivel nacional que en varios estados locales han promovido una virulenta propaganda en contra de la legalización del aborto en cualquiera de sus modalidades, adoptando el lema tan usado recientemente Argentina: “salvemos las dos vidas”, en incluso adoptando símbolos nacidos de esa experiencia, como el pañuelo color azul celeste. Como vemos, esta es una muestra más de esa articulación internacional que mencionábamos antes.

Estas organizaciones han entendido bien cómo jugar su papel en el espacio de la sociedad civil, consolidando sus organizaciones, asegurándose patrocinadores privados y reconocimiento legal por parte del Estado, promoviendo actividades públicas como conferencias, protestas, caravanas, marchas, reuniones ante los congresos, además de ejercer presión política a través de su intervención en varios medios de comunicaciones, tanto locales como de difusión nacional, y a través de su conformación como movimiento ciudadano, voluntario y solidario, que se conforma a su vez como un activismo político que hace frente a cualquier propuesta de ampliación de derechos a nivel estatal, promovida por sectores progresistas de la sociedad.

En pocas palabras, se han conformado como organización en movimiento, que pugna en la sociedad política y en la sociedad civil, a nivel nacional e internacional, para avanzar con sus agendas antiderechos reproductivos y expandiendo su ideario jerarquizante y conservador al resto de la sociedad.

La importancia de no dejar de mirar cómo se constituyen y se mueven estos sectores de la sociedad civil radica en que hacen parte de la intensa actividad de las derechas latinoamericanas que en los últimos tiempos han logrado promover golpes

de Estado, como el caso de Brasil y Bolivia, conseguir espacios de representación en el apartado burocrático del Estado, desde legisladores y diputados hasta presidentes, y consolidar un apoyo mayor a través no sólo de sus organizaciones, sino también desde los partidos políticos que comparten sus intereses. Esto tiene como correlato una presencia mayor en medios de comunicación masiva que logran impactar sobre la opinión pública y las masas populares, disputando así, el sentido común y llenando los vacíos que dejaron a su paso las políticas de precarización neoliberal.

Repensar la sociedad civil

Repensar la dimensión, heterogeneidad, complejidad y contradicciones en la sociedad civil nos hace volver a problematizar el concepto que ha sido usado en los últimos años desde las academias de ciencias sociales, muchas de ellas amparándose en las elaboraciones conceptuales autodenominadas posmarxistas, como Jürgen Habermas, y sus continuadores Jean Cohen y Andrew Arato.

Estos autores erigieron en su momento, a finales de la década de los ochenta, una noción de sociedad civil que se presentaba como litigante ante los autoritarismos de Estado, tanto en los países del *socialismo real* de Europa oriental -especialmente desde la experiencia polaca y húngara-, como en el autoritarismo expreso de las dictaduras militares del Cono sur de América Latina. De tal forma que su concepto nació con un sello antiestatista y representaba una de las partes del modelo tripartita concebido por los autores, en donde se diferencia claramente la sociedad civil de la sociedad económica y del Estado, confiándole a la primera la tarea de democratizar tanto su esfera como las otras dos, mediante el diálogo, la observación ciudadana y la participación democrática.

Esta manera esquemática de concebir a la sociedad civil nos deja con cuestionamientos sobre las tareas esenciales atribuidas a la sociedad civil, sobre todo cuando se está ante fenómenos como del que se habló en esta presentación, es decir,

cuando se observa que ha habido un avance de las ultraderechas y los sectores conservadores en varios de los países que conforman la América Latina, cuyos grupos no sólo han sido capaces de articular movimientos, sino también de ganar escaños de representación en la sociedad política y de echar para atrás varias iniciativas de los sectores progresistas, o al menos, ralentizarlas y disputar su legitimidad ante el conjunto de la sociedad.

Debido a este panorama es que se vuelve necesario problematizar nuestros conceptos y categorías, pues al fin y al cabo éstas son la manera en que hacemos inteligibles los fenómenos complejos. En consecuencia, recuperar las reflexiones de Antonio Gramsci sobre la disputa hegemónica que se libra en el espacio denominado como sociedad civil, además de en la sociedad política, ha sido de utilidad para entender la problemática arena donde se enfrentan proyectos que, por un lado, abrirían la puerta a una cultura política más progresista y que por otro, podrían poner en jaque no sólo los nuevos derechos, sino aquellos que ya han sido conquistados con anterioridad.

Si bien aquí nos abocamos al tema de las organizaciones antiaborto, coloquialmente llamadas “Pro-vida”, por ser uno de los sectores que más revuelo ha tenido en los últimos años por su capacidad de convocatoria para poner en entredicho el derecho de las mujeres sobre su cuerpo y su sexualidad, no es el único sector a tener en cuenta para ubicar el avance de las derechas en América Latina, es necesario también mirar aquellos sectores que, por ejemplo, mantienen discursos xenofóbicos, antinmigrantes, exigiendo al Estado el cierre de fronteras o el rechazo de refugiados y migrantes en una situación desfavorable, como pasó en México con la caravana migrante centroamericana, o como ha pasado en Colombia respecto de los migrantes venezolanos o en Argentina respecto de los bolivianos o peruanos. (PAGLIARONE y QUIROGA, 2021)

Estos discursos xenofóbicos han alimentado a grandes capas de la población que han sufrido los estragos del neoliberalismo y que encuentran en el miedo u odio al migrante una defensa, desde su punto de vista legítima, de sus oportunidades

laborales y estabilidad económica. Así mismo, estos discursos se encuentran en estrecha relación con aquellos que emanan de sectores preocupados por la crisis de seguridad y el aumento de la violencia urbana, los cuales exigen disposiciones como la legalización de la portación civil de armas, o medidas estatales cada vez más coercitivas y punitivistas para garantizar la protección de la propiedad económica de unos y los pequeños patrimonios de otros.

En suma, los nacionalismos bajo discursos fascistoides, así como las corporaciones empresariales y las tecnocracias, han propagado en la opinión pública discursos tergiversados sobre las fallas de las experiencias de izquierda y los gobiernos progresistas en América Latina, el mejor ejemplo es Venezuela que se volvió el blanco predilecto para las derechas en varios de nuestros países, atacando con ello las experiencias de participación política amplia que tuvieron las masas que posibilitaron los triunfos electorales que dieron pie a dichos gobiernos de izquierda.

Con ello se vuelve a poner sobre mesa la necesidad de estos sectores oligárquicos de la restricción de la participación política amplia, puesto que esta pone en riesgo sus intereses, así como sus alianzas internacionales y sus fundamentos ideológicos.

3 CONCLUSIÓN

Como vimos, a lo largo de esta presentación se trató de llamar la atención sobre el problema que supone utilizar perspectivas que no logran dar cuenta de los fenómenos o las problemáticas que surgen en sociedades complejas como las latinoamericanas. Este fue el caso de la categoría de sociedad civil que se popularizó en las últimas décadas.

De tal forma que en este breve repaso se tuvo la intención de problematizar la noción a partir de experiencias concretas como el avance y articulación creciente de sectores conservadores en varios de nuestros países, cuyos proyectos se mueven

entre la sociedad civil y la sociedad política, manteniendo una dimensión nacional e internacional en estrecha relación, que logra configuraciones a nivel estatal.

Se tomó en específico el caso de las organizaciones “Pro-vida” para ejemplificar a uno de los sectores de la sociedad civil que ha podido articularse institucionalmente, bajo la figura de OSCs y ONGs, y fuerza política en movimiento, con su intenso activismo, tanto en México como en países en los que se discutido recientemente la legalización del aborto, como es el caso de Argentina.

Es bajo esta figura de “organizaciones civiles” que han podido instrumentar todo el apoyo económico que han recibido de instancias nacionales e internacionales que están interesadas en promover agendas autoritarias, restrictivas y tradicionalistas, y que se ha nutrido tanto de los sectores religiosos católicos como evangelistas. como el apoyo político, tanto de otras organizaciones como de partidos políticos, que les han permitido crear alianzas con sectores que mantienen una retórica clasista, xenófoba, patriarcal y discriminante, de manera que han podido insertar en la opinión pública, a través de los medios de comunicación, una cultura política que privilegia lo individual y retoma un discurso de derecha, antagónico a los progresismos y al pensamiento crítico, así como a la democracia participativa de masas.

De tal manera que esto ha sido sólo una invitación a seguir pensando y desentrañando el avance de los distintos sectores antiderechos en la sociedad civil e identificando los proyectos políticos que se enarbolan desde esta arena, partiendo de la idea de que es en este espacio donde se disputan las distintas fuerzas y proyectos que pretenden extender su ideario como cultura política y sentido común, y consolidar una hegemonía que se exprese como Estado integral.

REFERENCIAS

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Sociedad civil y teoría política**. México: FCE. 2000

DAGNINO Evelina; OLVERA Alberto; PANFICHI Aldo (coords). **La disputa por la construcción democrática en América Latina.** México: FCE. 2006.

FLORES R. Linaloe. **Los grupos anti aborto del país captaron en 12 años 857 millones de la IP… y del Gobierno federal**. México: Sin Embargo, 24/04/19. Disponível em:https://www.sinembargo.mx/24-04-2019/3569837. Acesso em: 14 ago. 2021

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**. México: Ed. ERA. 2000.

MORÁN F. José. El desarrollo del activismo autodenominado "Pro-Vida" en Argentina, 1980-2014**. Revista Mexicana de Sociología** 77, núm. 3: 407-435. Julio-septiembre, 2015.

PAGLIARONE Ma. y QUIROGA Ma. Virginia. Discursos políticos de odio en Argentina y Ecuador: El inmigrante pobre como otredad. **REVISTA IUS**, vol. 15, núm. 48: 103-132. Julio - diciembre 2021. Disponível em: https://doi.org/10.35487/rius.v15i47.2021.663. Acesso em: 14 ago. 2021

Desde Gramsci hacia Marx: la praxis como horizonte de visibilidad y la democracia como problema histórico para el trabajo

Dra Francesca Savoia

Resumen

Praxis, entendida como horizonte de visibilidad, indica un nivel conceptual profundo: el problema de la inteligibilidad histórica según el marxismo. Refutar los esquemas abstractos y, al mismo tiempo, avanzar hacia la resolución de la dicotomía entre el esfuerzo de generalización indispensable a todo estatus teórico y la individuación de lo históricamente determinado indispensable a su dimensión critica. Una vez "resuelto" el universal en la historia como cultura política, el criterio de distinción entre ideologías queda reubicado en una relación de fuerza en proceso entre la cultura como conservación y una cultura de cambio solo si efectivamente capaz de asegurar al unísono una dimensión crítica y una extensiva. A través de un recorrido en los así llamados "escritos políticos" de Marx, leídos desde Gramsci, el texto enfoca la relación entre la praxis como metodología política del análisis histórico y la problematización de la democracia come tensión histórica entre sus límites liberales y las aspiraciones radical-populares de las masas.

Abstract

"Praxis" indicates a deep conceptual level: the problem of historical intelligibility according to Marxism. To refute an abstract scheme and, at the same time, to move towards a resolution of the dichotomy between the effort

of generalization which is indispensable to all theoretical status and the individuation of the historically determined, which is the condition of the critical dimension. Once the universal has been "resolved" in history as culture, the criterion of distinction between ideologies is relocated in a force relationship between a conservative culture and a culture of change effectively capable of ensuring, at the same time, a critical dimension and an extensive, popular one. Throughout a journey along the so-called Marx' "political writings" and with Gramsci, this essay focuses upon the relationship between a political methodology of historical analysis and the problematization of democracy as an historical tension between its liberal limits and the radical aspiration of the popular masses.

1. Introducción

Praxis indica un nivel problemático, conceptual, profundo, la cuestión del método, el plano epistémico. En breve: el problema de la inteligibilidad histórica según el marxismo. La polémica es con la manera tradicional de entender la teoría. Refutar los esquemas abstractos y al mismo tiempo avanzar hacia la resolución de la dicotomía entre universal y particular; entre el esfuerzo de generalización indispensable a todo estatus teórico y la individuación de lo históricamente determinado indispensable a su dimensión critica. Dada esta tensión clásica, constitutiva, del pensamiento moderno, la capacidad de autoconocimiento de la sociedad moderna depende del superar una visión dicotómica por una visión relacional. Praxis no significa, por lo tanto, la primacía de la política respeto a la teoría, sino resolver la teoría en la historia como política, el universal como algo que sólo existe en calidad de cultura política: hegemonía.

Empezando por el nivel más general de problematización, el horizonte de la praxis no consiste simplemente en reinsertar la subjetividad en la historia. Se piense, por ejemplo, a la tesis de la determinación económica en última instancia. La apuesta es a una superación radical del dualismo metodológico (entre economía y política, estructura y superestructura, internacional y nacional, en último, ser y saber). Una superación que, al mismo tiempo, permita preservar la posibilidad de subir al nivel de generalización sin el cual no hay teoría, y por lo tanto, tampoco una teoría de la política, posible. La perspectiva de la praxis, en otros términos, no rechaza simplemente al economicismo, sino abarca toda forma de determinismo teórico. Se piense en la reificación capital, a fórmulas cuales "lógica del capital", que tienden a

resolver el devenir histórico en un movimiento hipostasiado, dado, preestablecido, cerrado. Implícito no sólo en el economicismo, sino en el determinismo teórico, incluido el político, es el razonar según una concepción lógico-abstracta de la causalidad, o sea, según un sujeto presupuesto. La praxis, al contrario, deja al sujeto abierto y lo hace, evidenciaba Gramsci, regresando a Marx.

En el 1857, en el primer manuscrito del Capital, los *Grundrisse*, subiendo a un nivel máximo de abstracción, Marx reconstruye una analítica de los procesos sociales en la cual el valor, o, si queremos, la racionalidad de una sociedad -aquello que una sociedad considera necesario- se convierte paulatinamente en una fuerza abstracta -mercancía, dinero, capital- que existe fuera y por encima de sus mismos productores como presencia reificada de las relaciones sociales. Enfocar la forma social según Marx desde el horizonte exclusivo de la enajenación y leer la enajenación como "lógica" del valor que se valoriza conlleva, sin embargo, el riesgo de reducir erróneamente la historia según Marx al sociologismo. La clave es reconocer la política así como atraviesa, en Marx, el análisis de la forma social y esto implica mostrar las categorías de Marx en su calidad específica de conceptos históricos. Conceptos dinámicos, indicadores no solo de una relación entre clases sino entre fuerzas y por lo tanto de las formas políticas y sistematizaciones ideológico-culturales que asumen las mismas relaciones sociales.

Leída desde el horizonte de la praxis, la teoría de la lucha de clase según Marx emerge como 'traducción' en lenguaje político de una visión histórica del capitalismo". Una teoría de la historia como política, no una sociología de las clases, cuyo punto nodal no es la individuación del sujeto social de cambio, sino la teoría de su constitución en sujeto político ideológico. Lo fundamental para el marxismo como filosofía de la praxis, no es solamente que la política, en lugar de la economía, es el verdadero terreno del antagonismo social de clase, sino que lo es en cuanto, y sólo en cuanto, conciencia de la historicidad de una época. Una consciencia a su vez problematizada como crítica, o sea, analizando la capacidad de autoconocimiento de una sociedad, y como cultura, o sea, según su capacidad de expansión en sectores otros a la misma clase en la cual el esfuerzo crítico tuvo origen.

2. Marx y la historicidad del capital

Si se leen los textos, así como, a partir del 1843, suceden y se articulan los unos con los otros, es posible apreciar la búsqueda por parte de Marx, y Engels, no de la lógica del capital, sino del capital en su determinación histórico-política. ¿Cuál es, para este Marx, lo determinado, lo específico, del capital como época histórica? La separación, aparente y efectiva, entre lo social y lo político como rasgo característico del Estado moderno.

El Estado en su forma moderna, la politicidad moderna: un principio de unidad, y no de exclusión, paralelo al surgimiento histórico del individuo. El sujeto político como ser genérico por qué ser privado en lo social; el ciudadano vaciado de contenido porque disociado, como burgués, de la sociedad. Porque en la sociedad moderna, sociedad burguesa, la existencia del ser humano es sí social, general, pero no inmediatamente política, lo político, la vida en relación con el otro, se ha realmente constituido vía una separación formal entre diferencia concreta e igualdad abstracta. La igualdad abstracta, fundamental entenderlo, constituye para Marx una apariencia, pero no en el sentido de ilusión de la conciencia, sino de la abstracción que existe en la historia y, como tal, no resuelve sus antagonismos, sino los amplía reproduciéndose en un nivel superior, el nivel de la contradicción.

O sea, Marx no está simplemente denunciando la permanencia, en la democracia política, del conflicto social, sino va argumentando el desplazamiento de este conflicto a un nivel superior, el nivel de una tensión entre clase y universal. Es el tema problema del Estado en su autonomía aparente: la unidad política abstracta tiene que y, en última instancia no puede, hacer valer su voluntad por encima de los que son sus determinantes sociales. Saber del Estado significa reconocer la sociedad como el sujeto real, o sea, analizar la forma, e insisto en la palabra “forma”, en la cual el particular, la clase, se constituye en universal aparente. Es esta forma práctica que delimita, periodiza, para Marx, la historia moderna, o sea, el devenir del capital, permitiéndonos enfocarlo en sus momentos de cambios y ruptura.

En la “Cuestión Judía”, Marx cumple un primer paso en esta dirección, enfocando la clase que conquista el poder político como minoría y lo ejerce en conflicto permanente con la sociedad y, al mismo tiempo, en el interés real de su mayoría. La clase que, en lucha en contra del viejo orden, apela a la movilización popular, a la insurgencia de masa, asegurándose una base de consenso movilizada permanentemente desde arriba. El tema problema del texto es el jacobinismo histórico, la historia de la burguesía como sujeto revolucionario. En la “Critica a la filosofía del derecho” Marx se enfrenta a la superación de esta forma Estado, a la transición de la burguesía de fuerza revolucionaria en fuerza de conservación, al abandono del lenguaje de la insurrección popular, para el lenguaje de la racionalidad del Estado.

Es aquí que Marx encara por primera vez el problema de la ideología, de la filosofía, la teoría, en relación a la política: la praxis. En primer lugar, Marx no rechaza Hegel *sic et simpliciter*. Reconoce y asume la herencia hegeliana como crítica al movimiento del concepto lógico, es decir, a una concepción abstracta de la teoría. Entiende y asume a Hegel como parte-aguas , como quien ha revolucionado la acepción del término “filosofía” porque ha reconocido, y teorizado, lo racional, el universal, la forma, como sujeto que existe en, es inmanente a, la historia. Recogiendo la historicidad como rasgo específico de la filosofía hegeliana, Marx la capta como auto-conciencia de una situación real y contradictoria a partir de la cual la crítica no puede ser conducida en el plano de las ideas, sino tiene que ser aviada en un plano histórico-político. Hegel, para Marx, es la filosofía que es, y sabe de ser, política; la autoconciencia de una época que ha identificado sus contradicciones fundamentales, la filosofía que expresa la burguesía con capacidad estatal.

Lo fundamental de Hegel, para Marx, es haber identificado el “divorcio secular” entre sociedad política y sociedad civil, entre existencia general y existencia particular del ser humano, como determinación específica del Estado moderno, cuyo adviento es él de la sociedad moderna. A diferencia de sus críticos liberales de izquierda, Hegel, para Marx, sabe de la abstracción en su existencia histórica concreta: sabe de la relación entre el Estado moderno, la emancipación política universal, y el Estado real, el antagonismo social de clase. Hegel, enfatiza Marx, es quien primero ha señalado

la necesidad de una relación orgánica entre sociedad política y sociedad civil. ¿Qué indica el adjetivo orgánico, frecuentemente abusado? Reconocer y teorizar la democracia liberal, como pleno despliegue de lo que realmente es el Estado moderno. La supeditación de la sociedad civil a la sociedad política -el poder como dominio- gracias a una sociedad que reconoce su soberanía como aquella del Estado -o sea el dominio como dirección. Hegel, para Marx, es el teórico de este Estado, del Estado ético-político. El Estado no desde el punto de vista de las fuerzas reaccionarias, sino de la burguesía en su fracción más avanzada, la europea, la burguesía como capacidad estatal, como clase general, como liberalismo.

Hegel, sin embargo, después de conceptualizar el Estado ético-político como una necesidad histórica, termina cerrando el movimiento histórico en un sujeto hipostasiado, en la mística del pueblo, el espíritu ético de la sociedad civil sustantivado en el espíritu del Estado y personificado en monarca ¿Por qué esta caída del filósofo en la paradoja, porque este transitar de la plena historicización de la teoría como política de regreso hacia la metafísica, se pregunta Marx? La respuesta reside en la lucha de clase en su forma históricamente determinada. La potencialidad crítica de Hegel según Marx es haber reconocido la lucha por la democracia como práctica revolucionaria de un nuevo sujeto histórico en emersión, el movimiento obrero, el único sujeto consecuentemente democrático porque “la sola fuerza que pueda concebir la propia ‘emancipación’ como desarrollo de la democracia hacia sus últimas consecuencias.” La “caída especulativa” de Hegel demuestra la conciencia política de los límites de una época histórica, la conciencia de la burguesía como fuerza de conservación en época de surgimiento de su adversario social, el trabajo, como fuerza política e ideológica potencialmente autónoma.

Alemania no expresa la tendencia histórica general y, sin embargo, la caída de la burguesía en la reacción, apunta Marx con su agudeza habitual, es la “debilidad oculta del Estado moderno”, el pasado como presente posible, una forma Estado muerta, superada y que, sin embargo, tiene validez histórica en tanto que constituye la respuesta a una lucha por la democracia en el exclusivo interés de la fuerza de la revolución social. La nueva inteligibilidad, la nueva forma política de la historia, el

sujeto emergente, es la democracia como revolución, la República, por iniciativa de la revolución social. Lo que será, cinco años después, el *Cuarenta y ocho* europeo. Para el Marx de este entonces, el Marx y Engels en época de actualidad de la revolución, la burguesía, atrincherando en contra de la revolución social detrás de una forma política anacrónica, no puede resolver en una relación orgánica entre sociedad política y sociedad civil, en una fuerza de aspiración nacional, en un Estado ético-político. Será está la perspectiva que Marx mudará en 1851, en "*El dieciocho de Brumario*", reconociendo la capacidad de la burguesía de adquirir la dirección del movimiento histórico y, con ella, el adviento de una nueva forma Estado, a la cual regresaré más adelante.

Quedémonos, por ahora, en la fase anterior, en época de actualidad de la revolución. En el 1844, Marx transita de la confrontación con Hegel, hacia la profundización de una propia originalidad de pensamiento, formulando, en los "Manuscritos económico-filosóficos" el concepto de trabajo social como trabajo abstracto, para después enfocarlo dinámicamente, en la "Ideología Alemana", como proceso histórico que avanza vía la célebre contradicción entre fuerzas y relaciones de producción. Moviendo el enfoque de la relación entre filosofía y política -Hegel- hacia la economía como política, Marx se adentra en la crítica que ocupará el resto de su vida: el capital. Lo hace transfiriendo el concepto de forma desde el análisis del Estado hacia el de la sociedad. Logra así formular el carácter históricamente-determinado de la producción social moderna: en la sociedad moderna el trabajo es concebido como algo abstracto, porque la abstracción constituye una realidad histórico-social: es trabajo social abstracto. La forma valor propia de la sociedad moderna, la forma general mercancía, y que Marx elabora en sus orígenes y desarrollos. No es el Marx de la enajenación en sentido filosófico abstracto, el Marx de la lógica del capital. La enajenación expresa, en lenguaje filosófico, un proceso histórico-político: el aumento del carácter social del trabajo vía la eliminación de todo límite concreto, o sea políticamente predeterminado, a su extrañación y apropiación privada. La paulatina separación del trabajo del poder definir, como sociedad libremente asociada, sus necesidades y su conversión en necesidades de mercado: la comunidad en abstracto que fundamenta el Estado como

separación, aparente y efectiva, entre el principio de unidad política y la realidad del antagonismo social de clase.

Construido el armazón conceptual de los “Manuscritos”, solamente un año después, en la “Ideología Alemana”, Marx, y Engels, regresan a la reflexión sobre el Estado formulando la dialéctica entre estructura y superestructura, fuerzas y relaciones sociales de producción. Es el Marx que emprende, con Engels, el primer análisis dinámico de la sociedad burguesa forjando el concepto “modo producción”. Frecuentemente y erróneamente asociado a una concepción teleológica y mecanicista de la historia, el modo de producción no es una categoría abstracta, sino un concepto histórico-político. Expresa un proceso de paulatina separación entre funciones de producción y de dirección -respectivamente, las fuerzas y las relaciones de producción. La determinación específica, el capital, consiste en el modo de integración política del trabajo: una condición de y, al mismo tiempo, un límite al desarrollo de la capacidad productiva de la sociedad. El despliegue de la contradicción consiste en un incremento constante de la interdependencia de los productores vía la superación de relaciones de propiedad en las cuales una comunidad concreta, conscientemente organizada, constituye un límite politico e ideológico tanto al aumento de la fuerza productiva de la sociedad como un todo, cuanto al grado de apropiación de esta fuerza por una de sus partes. Marx no se está refiriendo a la historia en general, sino al capital, visto históricamente, dinámicamente. El capital, en sus formas, es el mismo, una relación política que pre-define y, como tal, (de)limita, la forma de producir o, en su caso, de realizar lo producido. La reproducción, ampliada, del capital -desde la fase de la subsunción formal, hacia la real del trabajo- consiste en la superación de estos mismos límites políticos e ideológicos, así como esta permite la paulatina expansión de la división del trabajo, la cual, a su vez, aumenta la interdependencia general, el carácter social de lo que se produce, y se verifica eliminando el control de los productores directos sobre sus productos, medios de producción y, en fin, de reproducción, incluido el conocimiento, el nivel más alto del carácter social del trabajo, llevando a la consolidación de este mismo poder social como poder privado.

Podemos así enfatizar el carácter anti-determinista de la contradicción entre fuerzas y relaciones de producción. Las relaciones de producción conforman otras tantas relaciones de propiedad, insiste Marx, o sea, todo modo de producción conlleva el reconocimiento político de una forma histórica de apropiación. Lo específico del capital consiste un principio de igualdad que coadyuva, como forma social, el mercado, la apropiación privada de una fuerza siempre más socialmente producida y, como forma política, la democracia, expresa una tensión, una contradicción- y el tiempo de la contradicción es la política, no la lógica- entre el ejercicio del poder de la propiedad privada sobre la no propiedad y la construcción de la no propiedad como sujeto político. El capital según Marx, en fin, es esta tensión en proceso, abierta, no resuelta, entre interdependencia social universal y exclusividad del poder político de clase. Una forma histórico-social que no se distingue, en contenido, de otras igualmente orientadas a la expropiación del producto por parte de los no productores. Sin embargo, mientras éstas eran transparentes como antagonismo de clase en tanto que relaciones directas, particulares, de dominio, la especificidad de capital, en su forma más avanzada, consiste en coadyuvar el dominio social vía una forma general, abstracta, del universal, el Estado de derecho.

De manera diametralmente opuesta a una concepción determinista del devenir histórico, aquello que emerge en Marx, es la historia de una lucha permanente entre propiedad y trabajo para la definición del sujeto de derecho. Una lucha que abarca, como antagonismo social de clase, el plano de la historia mundial y, sin embargo, se juega, en el plano no solo político, sino cultural, o sea, nacional, de la lucha por la democracia. Insisto, Marx no formula la contradicción estructura-superestructura en términos deterministas. El Estado que se configura “sobre la base” de la producción social es la misma producción, investigada en su carácter social, así como deviene Estado. El antagonismo social de clase constituye una lucha entre fuerzas para la definición de la política, o sea de la libertad moderna, la democracia, en su forma (y espacio). No es Marx declarando la primacía de la estructura sobre la superestructura, sino Marx elaborando la lucha por la misma definición de la democracia como un criterio político de metodología histórica.

3. El parte-aguas del 1851

Entramos entonces en el mérito de la relación de continuidad-discontinuidad entre el Marx del “Manifiesto” y el Marx del “Dieciocho de Brumario”. El punto de partida es el Marx que distingue, aísla, épocas determinada del antagonismo social de clase como otras tantas épocas de la forma y sentido de la lucha por la democracia.

Son el Marx, y Engels, del 1848, el Marx, y Engels, del “Manifiesto” quienes abren la cuestión de la superación del Estado vía la lucha por el Estado, el eje del debate relativo a toda teoría marxista de la política. Para ellos, separar entre revolución social y lucha por el Estado significa ignorar lo que realmente es el capital, una contradicción, en proceso, entre el plano internacional de la forma social y el nacional de la forma política.

En el “Manifiesto”, así como en la “Ideología alemana”, emerge una reconstrucción de lo que realmente es el capital en su devenir: un proceso histórico-político. Nuevamente Marx, y Engels, enfocan el incremento del carácter social de la producción material vía la disrupción del derecho de pertenencia a una comunidad que, pre-determinando la forma, el modo de producir, lo frena como contenido, como fuerza. Nuevamente emerge la tendencia inexorable del capital a la unificación económica del mundo, una forma social cuya forma política consecuente es el Estado nación, por necesitar una centralización y exclusividad del poder político y económico, con fundamento, respetivamente, en el antagonismo social de clase y en la competición para la repartición de los mercados. Nuevamente, la contradicción: lo que realmente es el capital es el surgimiento de las condiciones de posibilidad de su superación: el trabajo. En tanto que nuevas formas de opresión, para Marx, la sociedad burguesa abre nuevas formas de lucha. ¿Cuáles?

La respuesta reside en la parte del “Manifiesto” dedicada al programa de los comunistas: la “conquista” de la democracia. El espectro del comunismo expresa, para este Marx, el despliegue del capital como contradicción, el proletariado en proceso de constitución como una fuerza política potencialmente capaz de superar la asimetría moderna entre la tendencia a la unificación económica del mundo y la restricción de

la política al plano nacional. Si el socialismo implica el plano de la historia mundial, la posibilidad de su constitución como sujeto politico se juega en la lucha por la forma democrática del Estado nación. En el “Manifiesto”, indica Marx, los comunistas, tienen que aliarse, en cada contexto nacional, en conjunto con las otras fuerzas democráticas en nombre de la República y al mismo tiempo organizarse como fuerza autónoma para la conquista de todo el poder, para la dictadura de clase, punto de pasaje, de transición, necesario hacia la extinción del Estado político y la abolición de las diferencias de clase en general. “Dictadura”, por lo tanto, no en cuanto imposición por parte del proletariado de “su” democracia, sino lucha por el Estado parlamentar democrático en cuanto escenario del proceso de organización del proletariado en una fuerza política internacional y permanente.

El término “dictadura” apunta a la creación de una nueva forma Estado en el curso de la misma revolución: la revolución social que como revolución democrática puede, bajo dirección comunista, entrar por primera vez al escenario de la historia como fuerza política autónomamente organizada en contra, por un lado, de la República y la nación como ideal y deber moral (los mazzinianos) y, por el otro, de la economía como terreno específico de la política obrera (los owenistas). La conquista del Estado como proyecto de mera substitución de una clase por otra al poder es el jacobinismo, la revolución permanente según la burguesía, no según el proletariado. La adversativa para Marx es entre el pasado y el presente, entre una lucha por el Estado en la perspectiva de su conformación como Estado político, o de su misma superación. En el “Manifiesto”, es decir, emerge el sentido más íntimo de la revolución permanente: él dilema del entretejido entre el plano nacional de la lucha política y el internacional de la revolución social; el problema que atravesará la entera historia del marxismo definiéndolo, a través de sus cambios de forma, en campos adversos. La lucha por la democracia emerge por primera vez como devenir de una relación necesaria y contradictoria entre la vocación internacional, cosmopolita, de la forma social, el mercado, y la nacional de su forma política, el Estado

Y con el Manifiesto nos encontramos, hay que subrayarlo, en época de actualidad de la revolución. En el 1851, derrotada la holeada revolucionaria europea, Francia es

Bonapartista. Marx, y Engels, identifican un nuevo momento histórico, una nueva forma Estado.

¿Cuál la novedad?

En época de actualidad de la revolución, Marx y Engels resolvían la cuestión nacional en el plano de una lucha por la democracia de la cual consideraban el proletariado capaz de asegurarse la dirección y así avanzar hacia la conformación de una fuerza política internacional. A partir del 1851, con la derrota de la primera revolución internacional, Marx intuye un cambio en la forma del Estado moderno. Con el Bonapartismo, la burguesía como capacidad estatal es otra. Una burguesía que ha renunciado al parlamento, la condición de su propia existencia como clase general, y, al mismo tiempo, va construyendo una relación orgánica, no solo de dominio, sino de dirección, con eje en el consenso, inestable, de sectores de masas, campesinos y subproletariado, que en Bonaparte han encontrado, por primera vez, una expresión política. Porqué la forma Estado es otra, las condiciones, la forma práctica, de la permanencia de la revolución son, para Marx y Engels, otras. ¿Cuáles?

El Marx del 1848 limitaba la conquista de la democracia a la hegemonía política. Lo hacía porque el problema de la hegemonía civil, o sea, de una forma Estado cuyo eje es la dirección ideológica de las masas populares, todavía no se había abierto históricamente. Para Marx, este mismo problema se abre, y aun a un nivel embrionario, con la derrota del proceso revolucionario y la entrada del capitalismo en una fase superior de desarrollo, cuyas contradicciones determinadas enfoca precisamente en el “Dieciocho de Brumario”.

En los mal llamados “análisis de coyuntura” -Las luchas de clase en Francia” y el “Dieciocho de Brumario”, Marx entra en el mérito de una revolución política que, empujada, en sus orígenes, por el mundo obrero y artesano de orientación socialista y revolucionaria, procede en dirección ascensional hasta que la fuerza que la ha impulsado en sus orígenes deja la dirección del proceso a una fracción de la burguesía, la excluida del poder dominante. Momento a partir del cual, paulatinamente, de fracción en fracción, la burguesía como clase general, como un todo, pierde la capacidad de reproducirse como Estado. La negación del Estado

liberal-parlamentario es para Marx un no Estado y al mismo tiempo expresa una nueva forma histórica, nuevamente aparente y efectiva, de autonomía del Estado, o sea, indica un nivel superior de la contradicción propiamente moderna entre forma politica y forma social. Tanto en “Las luchas de clase en Francia”, así como en el “Dieciocho de Brumario”, al pasado de la burguesía, al proceder de una revolución política volcada a la consolidación de nuevas relaciones socio-económicas, Marx contrapone el presente, la burguesía como fuerza, paralela, de conservación política y reproducción social. La burguesía que, no en contra de lo viejo, el poder feudal, sino del nuevo, la revolución social, establece formas políticas anacrónicas, incapaces como tales de resolver una situación de crisis y, al mismo tiempo, formas que garantizan la profundización de su propio poder de clase . Para Marx, la burguesía ha renunciado a constituirse como clase general -siendo “el reino anónimo” de la República, insiste, su forma perfeccionada de dominio político, la condición *sine qua non* de reproducción de la forma social burguesa.

En lucha en contra del espectro de la revolución social, la burguesía liberal ha renunciado al liberalismo, convirtiéndose en la burguesía del “cretinismo parlamentario”, la clase que, en conflicto con su antagonista, destruye sus propias condiciones politicas de existencia. Bonaparte es expresión de una burguesía que, sacrificando su interés general, político, a su tosco interés económico-corporativo, renuncia a constituirse como Estado, como universal abstracto, al fin de ponerse a salvo como sociedad, como particular. En este aspecto, o sea enfocándolo como fenómeno contrarrevolucionario, el Bonapartismo según Marx es expresión de la contradicción, de aquella “esencia” del Estado moderno desglosada en su “Crítica a la filosofía del derecho” de Hegel.

Hay, empero, una dimensión adicional, fundamental. Con la consolidación de la reacción, Marx entrevé una nueva forma con la cual la burguesía puede reconstituirse como clase general. La burguesía que, en antagonismo con el proletariado, ha renunciado a constituirse como Estado parlamentar-democrático, poniendo en entredicho su existencia como universal abstracto, ha sustituido al riesgo de la permanencia de la revolución social en la revolución política, una contrarrevolución

política cuya forma no es el mero dominio. La renuncia de la burguesía a la democracia no emerge, en el texto, como simple renuncia a toda apariencia de universalidad, sino como cambio de forma de esta misma apariencia; no como resolución, sino como proyección a un nivel superior del estado paradójico de contradicción de la burguesía consigo misma. La nueva forma Estado no expresa solo la reacción de la burguesía en contra de lo nuevo. Con el golpe de Estado la iniciativa ha regresado en manos de una burguesía capaz de ejercer su dominio como dirección, un consenso que no es, como en la fase jacobina, permanentemente movilizado desde arriba, sino que construye movilización ideológica desde abajo, en el mismo cuerpo de la sociedad civil y que tiene como eje el horizonte político-ideológico de masas populares otras a las urbanas. Volcada a la profundización de las relaciones sociales capitalistas, la nueva forma consolida aquellas que Marx ha identificado, desde su confrontación con Hegel, como la esencia del Estado moderno, la necesidad de una relación unitaria -orgánica- entre el ejercicio del poder como dominio en la sociedad política y como dirección en la sociedad civil.

El Bonapartismo no representa solo la expresión inmediata de un interés particular, la regresión del Estado a una forma corporativa que, como tal, no puede aparentar ser el interés general. En la renuncia al parlamento y la creciente autonomía aparente del Estado, Marx reconoce una forma del poder político fundamentada en el consenso pasivo de masas anteriormente dispersas y desorganizadas, primariamente los pequeños propietarios rurales, aquel componente del mundo popular que, junto con el sub-proletariado, han encontrado su propia expresión política en Bonaparte. La crisis, sin embargo, siendo este el punto fundamental, permanece abierta. El espectro ahora no es el comunismo, sino la burguesía como fuerza dirigente. O sea, ya no es la revolución en permanencia, sino la crisis en permanencia según Marx ¿En qué sentido? Para Marx, el capitalismo no puede reproducirse orgánicamente sin liberalismo. El reforzamiento de la maquina estatal frente a la sociedad civil conlleva, por la incapacidad de mediar entre intereses sociales antagónicos, una constante inestabilidad ideológica, frente a la cual Marx refuta la noción de un derrumbe

inevitable, enfatizando, y constantemente, el peligro que representa la falta de autonomía y capacidad de iniciativa del movimiento obrero.

Marx ha experimentado como, en una situación de crisis, si la fuerza progresiva de cambio no logra dirigir la lucha político-ideologica en la sociedad civil, el resultado es la entrada en una fase de transición de éxitos inciertos, momento en el cual la historia no procede por una relación entre fuerzas organizadas, sino por su desestructuración y entrada en un proceso de incierta redefinición ideológica. El Bonapartismo, señala él mismo, expresa la incapacidad de cada uno de los dos polos fundamentales del antagonismo social de clase de hacerse Estado. La restauración es una parodia de Estado moderno porque el Estado como apariencia del interés social unitario ha cedido lugar a un equilibrio catastrófico entre fuerzas.

Lo que quiero enfatizar es que, con la derrota del proceso revolucionario, emerge un Marx nuevamente, y profundamente, político; un Marx consciente de la crisis del proletariado como sujeto histórico y de ésta como horizonte de visibilidad necesaria para volver a pensar la praxis en forma nueva. Una praxis que consiste en retrocesos y avances permanentes y, como tal -será el horizonte del mismo Gramsci- necesita de una auto-crítica permanente. Con la derrota, la misma democracia, entendida como problema histórico para el proletariado, es por Marx percibida en proceso de (re) definición, como nueva “verdad” de la historia, nueva dialéctica, forma, relación, entre el plano nacional y el internacional de la revolución social como revolución política. La articulación entre cuestión social y cuestión nacional ha alcanzado un nuevo nivel de complejidad. El Marx del “Dieciocho de Brumario”, en fin, entrevé en la lucha por la dirección de la sociedad civil antes de la conquista del poder político la condición necesaria del movimiento obrero en tanto que fuerza efectiva de cambio. S3e ha abierto, aquello que en pocos años, será el problema de la constitución del proletariado como una fuerza política autónoma vía la conformación de partidos nacionales y de masa. Lo cual no significa, obviamente, el abandono del internacionalismo, sino el reconocimiento del cambio de las condiciones de su construcción politica. Después de la derrota del largo Cuarenta y ocho europeo,

"conquista de la democracia" ya no es un sinónimo exclusivo de hegemonía política, sino, aun en forma embrionaria y parcial, de hegemonía civil.

4. Conclusiones

En el 1851, con la victoria de la reacción en Francia, Marx, con Engels, desplaza el baricentro de la revolución de Francia primero hacia Inglaterra, luego, con la paulatina integración corporativa del movimiento laborista, nuevamente hacia Alemania. En este periodo, la clase que preocupa Marx, y Engels, no es en sus escritos e intervenciones programáticas, ni, por lo tanto, puede ser en el Capital y sus manuscritos, redactados en esta misma época, un sujeto homogéneo y pre-constituido, sino un proceso. Una época en la cual el internacionalismo obrero depende, como en el 1848, de la necesaria internacionalización de la lucha democrática. Lo confirma el programa para la Asociación Internacional de los Trabajadores (AIT).

> Después del fracaso de las revoluciones de 1848, todas las organizaciones de partido y todos los periódicos de partido de las clases trabajadoras fueron destruidos en el continente por la fuerza bruta […] Sin embargo, este periodo transcurrido desde las revoluciones de 1848 ha tenido también sus compensaciones. […] la ley de la jornada de diez horas no fue tan sólo un gran triunfo practico, fue también el triunfo de un principio; por primera vez la economía política de la burguesía había sido derrotada en pleno día por la economía política de la clase obrera […] la experiencia del período comprendido entre el 1848 y 1864 ha probado hasta la evidencia que, por excelente que sea el principio, por útil que se muestre en la práctica, el trabajo cooperativo, limitado estrechamente a los esfuerzos accidentales y particulares de los obreros, no podrá detener jamás el crecimiento en progresión geométrica del monopolio, ni emancipar a las masas, ni aliviar siquiera un poco la carga de sus miserias. […] La conquista del poder político ha venido a ser, por lo tanto, el gran deber de la clase obrera. Ésta parece haberlo comprendido en Inglaterra, en Alemania, en Italia y en Francia (Marx, 1978, 11-18)

Es el manifiesto de los comunistas en el 1864. Después de la derrota del 1848, la economía como política según Marx no abandona la lucha por la democracia, sino continúa enfocando el internacionalismo obrero desde el problema de la conyugación entre el plano nacional de la lucha política y el internacional de la lucha social. La conquista del poder político es todavía la conquista de la democracia política necesaria a la organización del movimiento obrero internacional en partido político

autónomo. En su crítica a los límites de la praxis que renuncia al Estado Marx concede sólo dos líneas, vuelta inocuas, a los anhelos de abstracción del cosmopolitismo democrático:

> "Por todas estas razones ha sido fundada la Asociación Internacional de los Trabajadores. Y declara: que todas las sociedades y todos los individuos que se adhieren a ella reconocerán la verdad, la justicia y la moral como base de sus relaciones reciprocas". (Marx 1978 p. 15)

La conquista de la democracia, empero, ya no es simplemente una cuestión de hegemonía política, sino, insisto, se ha abierto el problema, para Marx, aun como una temprana intuición, de la hegemonía civil. La constitución del proletariado como una fuerza políticamente e ideológicamente autónoma de la burguesía democrática implica la constitución de partidos nacionales, es decir, partidos empeñados en una labor ideológica en la sociedad civil, antes y después, de la conquista del Estado.

Quisiera, para concluir, regresar al orden conceptual de Marx señalando las dimensiones críticas que volverá en Lenin y desde Lenin en Gramsci. En primer lugar, es implícito en el Marx del Manifiesto aquello que Vacca define la "inteligencia de la forma teorética", es decir, una analítica *política* de los procesos sociales. (Vacca, 2016, p. 48). En una célebre carta del 1852, aislando aquellos que considera los aportes originales del texto, Marx "limita" su originalidad al haber demostrado como toda historia sea historia de una lucha de clase en una fase histórica determinada. El acento, vale decir, recae en la determinación y, como vimos, la preocupación de Marx en los estudios anteriores al programa del 1848 ha sido elaborar la relación entre capital y Estado. En Marx: "la teoría de la lucha de clase no es otra cosa que la 'traducción' en lenguaje político de una visión histórica del mundo creado por el desarrollo del capitalismo." (Vacca, 2016, p. 77). Una teoría de la historia como política, no una sociología de las clases, cuyo punto nodal no es la individuación del sujeto social del cambio, sino la teoría de su constitución en sujeto político. Lo fundamental en esta afirmación, o, mejor dicho, lo fundamental para entender el marxismo como filosofía de la praxis, no es que la política, en lugar de la economía, sea el verdadero terreno del antagonismo social, sino que lo es en cuanto, y sólo en cuanto, consciencia de la historicidad de una época. La praxis, en otros términos,

constituye el horizonte conceptual profundo de la justificación proporcionada por Marx y Engels al rol guía de la organización más resoluta, los comunistas, en cuanto esta fuerza actúa en el "interés del movimiento general". Los comunistas son quienes actúan desde la ventaja de la justificación histórica, del haber individuados las dinámicas fundamentales de un proceso determinado. Conforman un partido dado el "partido" en un sentido amplio, "expresión de conjunto de las condiciones reales de una lucha de clase existente, de un movimiento histórico que se está desarrollando ante nuestros ojos".(Marx, Engels, 1949, p. 107). Partido de vanguardia, entonces, solo en cuanto comprensión de la historicidad moderna en su doble dimensión, política y social, donde el Estado emerge como el plano fundamental porque Estado significa el mismo proceso de constitución de las clases en fuerzas político-ideológicas.

Es un Marx, en fin, que acentúa la distinción entre materialismo histórico y sociologismo. Implícito, y no sólo en el economicismo, sino en el sociologismo, sea éste histórico o político, y hasta cultural, es el determinismo teórico propio del razonar según una concepción lógico-abstracta de causalidad, según un sujeto presupuesto. La misma "contradicción", de hecho, puede ser leída lógicamente, si no es insertada en el cuadro de una teoría de la inteligibilidad de la historia como relación entre fuerzas. Otra forma de lo mismo, el capital como sujeto es para Marx una contradicción que puede proceder en el sentido de su desarrollo y, con aquél, de su superación, pero no he dado que lo haga, siendo el tiempo de la contradicción él de la política, de "las relaciones de fuerzas y formas simbólicas que asumen las relaciones sociales".

Hobbsbawm, en ocasión de su 150 aniversario, refutaba leer el "Manifiesto" como documento de inevitabilidad histórica, oponiéndose al rechazo de su actualidad dada una proletarización y depauperación crecientes supuestamente falseada por la historia. No sólo las previsiones de Marx podían defenderse. La defensa era posible porque la crítica era simplista, no entendía aquello que es el capital según Marx por omitir considerar cómo su preocupación central fuese con el surgimiento histórico de las condiciones para una emancipación social que, dada la forma política burguesa, dado el Estado político, el Estado abstracto, se presentaba a sus ojos posible más que en cualquiera otra época. Un texto, el "Manifiesto", concluía brillantemente el

historiador, que no provee una lectura determinista de la historia, sino, en el exacto contrario, tiene que ser leído como un documento de elecciones, de posibilidades políticas más que de probabilidades y, menos aún, de certidumbres. (Hobbsbawm, 2012 , p. 118). Un texto teórico exactamente porque programático. Entre el ahora y el momento imprevisible de “la asociación en que el libre desenvolvimiento de cada uno será la condición del libre desenvolvimiento de todos” se encuentra el reino de la acción política. Una historia inteligible en sus contradicciones, en fin, es para Marx la misma que no puede ser asumida a priori en su devenir. Esta historia abierta es el mismo método, la manera en la cual Marx reintroduce la política en el terreno de la economía elaborando el “criterio interpretativo de la mutación histórica fundamental”, a través de la cual extiende la aporía identificada en relación al Estado político moderno a la totalidad de la reproducción social capitalista. Para este Marx, la separación, aparente y efectiva, entre sociedad civil y sociedad política no puede superarse ni en el terreno meramente político, en el sentido de socialmente incondicionado, ni en él meramente social, excluyente del plano estatal, sino conlleva la superación, conjunta, de ambos. Sólo el trabajo despojado, en tanto que razón social del Estado abstracto, luchando por este Estado lucha por reabsorberlo en la sociedad. Al mismo tiempo, el Estado político es condición previa para la constitución del trabajo en partido, en fuerza política autónoma de la burguesía. El punto es que lo irresoluble desde un punto de vista abstracto, el punto de vista institucional de la política como ciencia, es, en Marx, el verdadero terreno del antagonismo político de clase que define el capital en su historicidad determinada: la contradicción en proceso entre cosmopolitismo de la economía y nacionalismo de la política. No tenemos, es decir, una lectura hipostasiada del carácter progresivo del capitalismo, sino una concepción histórico-política de su desarrollo.

A diferencia de los otros partidos obreros, los comunistas según Marx son quienes proceden en la dirección del movimiento histórico reconociendo en la democracia una praxis. No un sentido instrumental, sino un proceso de elevación ideológica, podríamos decir intelectual y moral, del trabajo, así como este va conformando una unidad siempre más extensa, una unidad política. Luchando por la democracia, el

trabajo se aproxima al plano de la contradicción fundamental, transita de la fase del agravio social hacia la reivindicación socio-económica y, de dispersos entre localidades y gremios, conforma una unión en proceso todavía determinada, limitada, por la iniciativa de su adversario. El punto fundamental para Marx y Engels, como será para Lenin, y desde Lenin en Gramsci es que, en el curso de esta misma lucha, el proletariado va formando “asociaciones permanentes” y, por medio de ellas, una unión siempre más amplia. Lo que constituye la capacidad de dirección es un esfuerzo para mantener este proceso de unificación en movimiento permanentemente ascendente; “actuar revolucionariamente” significa destacar y hacer valer “los interese del movimiento en su conjunto”. Democracia en su sentido radical y popular implica, en fin, actuar desde la perspectiva de una continua ampliación de la fuerza social en una fuerza ideológica capaz de convertirse en cultura politica.

REFERÊNCIAS

HOBSBAWM, Erik J. **Come cambiare il mondo. Perché riscoprire l’ereditá del marxismo**. Milano: Bur-Rizzoli, 2012.

MARX, K. **Critica de la filosofía hegeliana del derecho público. [1842]**, consultada en Marx, K., Escritos de juventud, Wenceslao Roces (traductor). México: Fondo de cultura económica, 1982.

MARX, K., **Para la crítica de la filosofía del derecho de Hegel. (Introducción) [1843]**, consultada en Marx, K., Escritos de juventud, Wenceslao Roces (traductor). México: Fondo de cultura económica, 1982.

MARX, K. **Sobre la cuestión judía [1843-44]** consultado en Marx, K., Escritos de juventud, Wenceslao Roces (traductor). México: Fondo de Cultura Económica, 1982

MARX, K., **Manuscritos económico-filosóficos del 1844**, consultados en Marx, K Escritos de juventud, traducción de Wenceslao Roces. México: Fondo de cultura económica, 1982

MARX, K. y Engels, F., La ideología alemana [1845] consultada en La Ideologia tedesca. Roma: Editori Riuniti, 2000.

MARX, K., Engels, F. **Manifiesto del partido comunista [1848]** en Marx, K. y Engels, F. Biografía del Manifiesto Comunista. México: Editorial México, 1949.

MARX, K., ENGELS, F. **Mensaje del Comité central a la Liga de los comunistas [marzo 1850**], consultado en Id. Indirizzo del Comitato centrale della Lega dei comunisti, en Gruppi, Luciano (a cura di) Marx-Engels, Opere scelte. Roma: Editori Riuniti, 1966.

MARX, K. **carta a Weydemeyer del 5 marzo 1852**, consultada en Marx-Engels, Opere complete. Roma: Editori Riuniti, vol. 39 (1972).

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, (Grundrisse). [1857-1858]** México: Siglo XXI editores 2005.

MARX, K. **Introducción**, en Karl Marx. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, (Grundrisse). [1857-1858]. México: Siglo XXI editores, 2005.

MARX, K. **Las Luchas de clases en Francia, dal 1848 al 1850, [1850]** consultado en Marx, Le lotte di classe in Francia, dal 1848 al 1850. Milano: edizioni Lotta comunista, 2010.

MARX, K. **El 18 Brumario de Luis Bonaparte [1851-52]** consultado en Marx, Il 18 Brumario di Luigi Bonaparte. Milano: edizioni Lotta comunista, 2010.

MARX, K **Manifiesto Inaugural de la Asociación Internacional de los Trabajadores y Estatutos generales de la Asociación Internacional de los Trabajadores** [1864], consultados en Marx y Engels, Obras Escogidas, Vol. II. Moscú: Editorial Progreso, 1978.

VACCA, G. **Quel che resta di Marx. Rileggendo il Manifesto dei comunisti.** Roma: Salerno Editrice, 2016.

[i] Véase: *Alianza Latinoamericana para la Familia. E*n https://alafaorg.wordpress.com

[ii] Véase: *40 days for life.* En www.40daysforlife.com

[iii] Véase: *Frente Nacional por la Familia*. México: En https://frentenacional.mx/

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI, ANTÔNIO GRAMISCI e o FASCISMO.

John Kennedy Ferreira

RESUMO

Antônio Gramsci e José Carlos Mariategui, ponderam acompanhar a grande mobilização social que aconteceu na Europa e particularmente na Itália, no fim da Grande Guerra e também a ascensão do fascismo e a sua chegada ao poder. Ambos buscam compreender esse fenômeno político social através de fatores diferenciados, por meio de ações que foram da preparação teórica a política. Gramsci na condição de dirigente político do PCI e da Terceira Internacional, Mariategui, na condição de exilado político e correspondente de jornais peruanos. Ambos, criam formulações e conceituações parecidas, cabendo portanto a analise dessa simetria

Palavras-chave: fascismo, movimento operário, democracia.

ABSTRACT
Antônio Gramsci and José Carlos Mariategui. They could follow the great social mobilization that took place in Europe and particularly in Italy at the end of the Great War and also the rise of fascism and its coming to power.
Both seek to understand this social political phenomenon through different factors, through actions that ranged from theoretical to political preparation. Gramsci as political leader of the PCI and the Third International, Mariategui as political exile and Peruvian newspaper correspondent. Both create similar formulations and conceptualizations, therefore it is necessary to analyze this symmetry

Keywords: fascism, labor movement, democracy

INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX, Friedrich Engels alimentava uma fé imensa no avanço do movimento socialista. Em seu prefácio “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”, de Karl Marx, salientava que a legalidade e as eleições davam aos socialistas

a vitalidade de quem estava prestes a conquistar o poder. Numa carta a Laura Marx, o mesmo Engels acreditava que o crescimento do movimento socialista era comparável à fé cristã entre os escravos no império romano e acreditava que em poucos anos o proletariado e as demais classes subalternas se tornariam socialistas, minando a estrutura do Estado capitalista, tal qual os escravos cristãos minaram as estruturas de Roma.

Naquele momento histórico seria impensável a Engels o surgimento de uma reação burguesa popular. Uma reação que mobilizasse legiões de setores médios, inclusive contando com o apoio de segmentos do proletariado e das demais camadas oprimidas da sociedade. A reação fascista foi assim, uma política ditatorial com apoio popular, uma tirania com entusiasmo de amplos setores da população, inclusive entre os estratos proletários, algo novo, algo impensável ao último Engels. (PAXTON, 1999, p.15 - 17)

A compreensão do fenômeno político fascismo mobilizou o esforço de vários pensadores como mostra Robert Paxton na introdução da obra a Anatomia do Fascismo ao mesmo tempo, a chegada ao governo de forças que se assemelham no discurso e na prática ao fascismo nos traz novamente esse importante debate. Nesse sentido, os escritos de José Carlos Mariátegui reunidos em Cartas da Itália, em La EscenaContemporánea, na Historia de La Crisis Mundial e na coletânea organizada por Luiz B.Pericás, As Origens do Fascismo, contribuem para a compreensão do fenômeno passado e das formas de governo atuais.

JOSE CARLOS MARIATEGUI e o FASCISMO

José Carlos Mariategui trabalhou desde os 11 anos como tipógrafo no jornal El Tiempo. Aos poucos, foi se tornando jornalista, passa a escrever poemas, peças de teatros, colunas sociais, crônicas policiais.

O contato com as mais diversas informações o aproximou da ampla realidade social vivida pelas indígenas, pelos camponeses pobres e trabalhadores peruanos e, dessa

maneira, foi se aproximando das causas sociais e do socialismo. A Revolução Russa "alcança" o jovem poeta que, junto com César Falcón, funda o jornal Lá Razón dedicado a apoiar as lutas proletárias. Esse engajamento político lhe rende o reconhecimento da classe operária, que agradeceu o periódico o apoio à greve pela conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias. Mas, também, ganha a hostilidade dos poderosos e do Governo Augusto Leguía, que dá a Mariátegui e a Falcón duas alternativas: ou vão para uma embaixada serem adidos culturais ou vão para a cadeia.

Dessa maneira, os jovens poetas partem para a Europa. Falcón vai para a Espanha, onde se tornou deputado comunista e,em seguida, membro do exército republicano. Mariátegui segue para a Itália, onde permanece de 1919 a 1923, momento de ascenso do fascismo. (PERICÁS. 2010, p. 10,11.)

A Itália que recebe Mariategui é um pais recém-unificado, um pais complexo e contraditório: uma unificação feita por cima, com centenas de línguas, dialetos, costumes não compreendidos e não incorporados. Tal processo foi desigual e combinou privilégios às classes burguesas do norte industrial (Piemonte) e aos latifundiários do sul. Antonio Gramsci chamou a atenção para o fato de que o desenvolvimento tardio não resolveu a questão agrária, o que desencadeou um processo de expansão e colonização do sul pelo norte (Revolução Passiva), deixando as classes populares mal acomodadas em proveito dos latifundiários e das nascentes classes industriais e tendo ainda uma larga burocracia confusa e corrupta dentro do universo do jovem Estado. (GRAMSCI apud PARIS, 1976 ,p .18).

O Estado italiano da virada do século XIX para o XX, era conjunto de relações instáveis, tendo uma imensa maioria da população camponesa pobre e de trabalhadores urbanos - que crescia junto com a industrialização- ao mesmo tempo, o Risorgimento desenvolveu uma classe política incapaz de estabelecer relações com as demandas populares. A Itália unificada era politicamente fraca, conservadora e burocrática, com um papel secundário nas relações estrangeiras, com pouca força política, econômica e militar, incapaz de rivalizar com as potências européias.

A industrialização tardia não era capaz de rivalizar com a concorrência estrangeira e o mercado interno frágil e pouco desenvolvido dava pouca capacidade às relações econômicas mais dinâmicas. As políticas internas foram caracterizadas por um protecionismo estatal à produção industrial repassando os custos e preços as classes pobres, (PARIS idem p 22)

Durante o início do século XX o avanço das lutas sociais alcançou algumas mudanças no governo de Giovanni Giolitti , destacando melhorias trabalhistas, sufrágio universal masculino, melhorias na educação básica frutos do avanço das forças produtivas e das lutas sociais. (PERICÁS idem p 15.)

Essa modernização gerou novas demandas e novos atores políticos. Os partidos tradicionais, compromissados com a sua própria existência parlamentar abriram espaços para o crescimento do movimento social cristão liderado pelo padre Dom Sturzo, e para o Partido Socialista Italiano (PSI), que disputavam o apoio do campesinato e dos setores operários. (PERICAS idem 16)

Nesse mesmo período, a Itália desenvolveu um discurso nacionalista e imperialista que misturava de forma confusa, a invenção de uma herança romana, clericalismo, antissocialismo e o desenvolvimento de uma teoria de socialismo nacional. Segundo essa teoria, Marx pensou a luta de classe dentro da sociedade, mas a atualidade imperialista criara nações burguesas (imperialistas) e nações proletárias (as não imperialistas) (KONDER, 1979, p 10). Nesse novo cenário, a luta social dar-se ia entre países ricos e países pobres. Essa concepção levou as aventuras fracassadas na Etiópia em 1895/96 e depois a guerra e a ocupação da Líbia em 1911 com a anuência inglesa. (PARIS, idem p 72).

E será da conquista da Líbia saudada como “nossa guerra” que dará fôlego a setores nacionalistas e imperialistas para empurrar a entrada da Itália na Grande Guerra. A entrada na I Guerra Mundial trouxe mais confusão a velha bota, despreparada militarmente, com a expectativa e promessa de obter ganhos territoriais, foi alavancada ao conflito pelo entusiasmo apaixonado dos nacionalistas . Mas isso estava longe de significar um consenso nacional: a maioria dos Anarquistas,

Sindicalistas Revolucionários, Cristãos e Socialista lamentaram e denunciaram a entrada no conflito.

.As dissidências se fizeram em todos os grupos políticos, Benito Mussolini, líder socialista, pacifista e editor do Jornal Avanti através do artigo " A Neutralidade absoluta e a neutralidade ativa e atuante" posicionou-se favorável a intervenção no conflito, o que lhe valeu a expulsão do PSI e em seguida, apoiado por capitais da Indústria pesada funda o jornal Il Populo D'Itália e pouco depois , em maio de 1915 organiza o primeiro congresso Fascio D'ázione Rivoluzionaria. (PARIS idem p 63)

Durante o conflito houve promessas de melhorias salariais e de distribuição de terra aos soldados operários e camponeses, no fim do conflito a Itália havia perdido mais de 700 mil soldados, outros milhares de feridos e mutilados e não havia ganho qualquer território e nem houve melhorias salariais e distribuição de terras.

Nesse período as classes dominantes agrárias e urbanas viram seus lucros dobrarem com o esforço de guerra, ao mesmo tempo, as condições de vida dos desfavorecidos pioraram, o mesmo valendo para setores de classes médias que se vêem frente a um processo de proletarização.(PARIS idem p 66, 69)

Grandes Manifestações populares sacudiam a Itália, passeatas, saques, pilhagem, greves com ocupações de terras e fábricas, com surgimento de conselhos operários animavam o cotidiano e dava um clima revolucionário. Antônio Gramsci propõem aos operários " fazer como na Rússia", elaborar uma teoria e a prática de uma Revolução Soviética Conselhista na Itália (GRAMSCI 1981 p 66).

Por outro lado, os grupos nacionalistas reivindicam a vitória e o butim territorial, Nesse momento o poeta nacionalista Gabrielle D' Annuzio e seus ardite del populo assume o controle da cidade portuária de Fiume (Iuguslávia), exigindo a sua italianidade, criando um imenso desconforto junto ao governo liberal de Francesco NItti. D"annuzio é apoiado por setores nacionalistas, futuristas, pelo fascis de Mussolini, por parcelas significativas da sociedade italiana e pelo comando do exército, o que mina a autoridade do governo italiano. (TOGLIATTI 1978 p 10)

Os futuristas de Marinete, movimento progressista no pré guerra soma-se ao fascismo, o mesmo acontecendo com os nacionalistas, tornando se Fasci di

Combattimento. O fascismo de um pequeno movimento confuso se torna um partido com forte expressão junto aos setores médios tenebrosos de sua proletarização. Estes são responsáveis por ações de extrema violência contra os camponeses pobres e o movimento de ocupação de terras e em seguida contra os movimentos proletários e suas organizações (GRAMSCI https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/futurismo.htm Consultado em 30/09/2019)

O apoio tácito dos setores democráticos, liberais e as indecisões da esquerda possibilitou que em 28 de Outubro de 1922, os fascistas marchassem sobre Roma e assumissem o poder com a anuência do Rei Vitor Emanuel e do Papa Pio XI

É este o momento em que o jovem ativista socialista peruano José Carlos Mariátegui recém desembarcado na Europa para seu "exílio dourado", toma contato coma agitada vida italiana e européia. O José Carlos Mariátegui que chega à Europa é o jovem ativista socialista que deixara de lado as "tertúlias" literárias e passara a se dedicar à política. Na Europa e mais precisamente na Itália, desenvolverá seu marxismo travando contato com a efervescência político intelectual que agitava a velha bota. Conhecerá artes, poesia, música e travará contato com diversos intelectuais, como Gorki, Gobetti, Croce e outros. É isso que estará representado em seus escritos. O tempo da correspondência é largo e, portanto, não há como fazer a cobertura in loco. Assim, seus escritos não são meras reportagens, mas análises que cuidadosamente observam os principais personagens e o conjunto de ideias que mobilizam atrás de si. Dessa maneira, muito mais que focar Nitti, Croce, Serrati, Gentile, D'Annunzio, Giolitti, Marinetti ou Mussolini, está observando de que forma esses atores e suas correntes de pensamento se apresentam no cenário da política.

Mariategui, observa que o tabuleiro da política é tenso, com um vaivém envolvendo centralmente a crise dos socialistas, que se dividem em três correntes: a colaboracionista, organizada na União Socialista Italiana vinculada a II Internacional, a corrente de centro ligada ao Partido Socialista Italiano e que manteve uma proximidade com a III Internacional Comunista e a esquerda, que mais tarde dará

origem ao Partido Comunista. A indefinição é a marca política estará presente nos embates reais ou teóricos que se apresentam, estão vinculados a colaboração aos governos burgueses, a fé na lógica parlamentar e na opção leninista da ala esquerda pela Revolução Socialista.

Após as greves de 1919 e 1920, os socialistas perderam a capacidade de manter a ofensiva nas lutas econômicas. As divergências entre os líderes e as suas idéias colocaram em paralisia os movimentos operários. Os socialistas estão por demais acomodados à lógica parlamentar e às reivindicações econômicas. A ruptura à esquerda, vinculada às ideias de Lênin e da III internacional, através do Partido Comunista, carece de penetração junto a amplos setores das classes operárias e populares, ficando restrita à crítica política, incapaz de impor seu próprio movimento ou a unidade aos movimentos socialistas. . (MARIATEGUI 2010 p 64)

O Partido Popular Cristão do padre Dom Sturzo, que compõe uma organização que resgata em algumas de suas alas o socialismo-cristão, enquanto em outras predomina a direita ligada ao Vaticano, apresenta-se como a centro-esquerda, extraindo suas forças do proletariado e campesinato cristão. Poderia se afirmar como um ponto de equilíbrio dentro da jovem nação, mas se encontrava em crise tanto pela pressão que sofre dos socialistas na disputa pela preferência das classes populares, como pela a reação fascista e o fortalecimento das tendências à direita do clero. (MARIATEGUI idem p 75)

A crise liberal será ainda mais profunda quando observa o cenário de decomposição dos governos. Os governos vão se alternando e caindo como castelos de cartas, tendo como aporte a inabilidade frente à política internacional, como demonstram a questão do Estado Independente de Fiume ou as negociações do botim do pós-guerra; também a ação econômica dos sindicatos e dos camponeses que pressionam por mudanças econômicas e, ao mesmo tempo, a organização de falanges paramilitares ligadas as classes médias que agem violentamente contra os operários, camponeses e suas organizações.

Mariátegui narra a habilidade de governantes como Francesco Nitti e Giovanni Giolitti que ao cederem às pressões sindicais e camponesas, apostando na

limitação economicista do programa dos socialistas, acomodaram as classes operárias e populares ao limite de seu ganho, dentro da ordem, e assim detiveram o avanço da revolução. (MARIATEGUI 1994 p 928)

A luta de classes e de suas frações se apresenta principalmente nas correntes de ideias observadas na imprensa, movimentos culturais e parlamento. Dessa forma, Mariátegui apresenta um apanhado das principais correntes intelectuais e seus órgãos de imprensa, como os jornais e periódicos da época, nos quais os interesses de classes (e suas frações) estão representados. De igual forma, observa o movimento futurista de Filippo Marinetti e sua visão nacionalista arisca como "quase uma filosofia" e também como "um dos elementos espirituais do fascismo". O mesmo pensa de D'Annunzio, mas ao mesmo tempo os vê como estetas e apaixonados por sua própria ação, e não pela política em stricto sensu. (MARIATEGUI idem p 930)

O esforço de Mariátegui centra-se em entender o movimento fascista, especialmente por ter atraído a maioria dos intelectuais. No primeiro momento sua análise objetiva mais em D'Annúnzio do que em Benito Mussolini, JCM, tem admiração pelo poeta e julga que ação e a constituinte escrita em Fiume foi uma obra inovadora, esta é ainda uma visão romantizada, mostra que no primeiro momento este ainda não tinha a dimensão do fascismo e ainda não conseguia observar de que forma corporativismo poderia ser usado para a subjugar as classes trabalhadoras. (CALLIL , 2010. p.145/146 e PERICÁS , idem, p. 48/49.)

Conforme o fenômeno vai ganhando dimensão nacional e avança para conquistar o poder, Mariategui, vai mudando seu ponto de Vista Já em 1921 apresenta uma compreensão mais asseverada sobre o fascismo qualifica como " uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra. Agora, significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias" (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148)

Mariategui busca entender o fascismo nas palavras dos líderes, observa uma ausência de programa, compreende a reação fascista como " movimento romântico, anti-histórico e voluntarista" . As ideias dos líderes fascistas são um conjunto de

opiniões que se compõem como algo místico, que tentam formular um ente coletivo acima das classes, dos grupos ou indivíduos: a nação. O interesse nacional estaria acima de tudo; "o fascismo não é um programa é uma ação. As coisas escritas no programa geral do fascismo estão escritas com mais precisão em outros programas da política italiana" (MARIATEGUI idem180) o Fascismo é um "exército contrarrevolucionário mobilizado contra a revolução proletária, num momento de febre e de belicosidade pelos diversos grupos e classes conservadores. O fascismo é, por conseguinte, um instrumento de guerra. Sua a ação não pode ser senão violenta. A paz significa para ele a inação a desocupação". (MARIATEGUI idem 179)

Mariategui observa, que "a burguesia armou o fascismo" (...) " Assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solicitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado" (MARIÁTEGUI, 2010g, p.217 e 289).

Os fascistas julgavam que a política externa seria a extensão das vocações nacionais aos moldes dos impérios (romano), não sendo à toa que tomam emprestadas as saudações romanas utilizadas por D'Annunzio, em Fiume. Por isso a reação contra a política externa derrotista formulada pelos governos liberais visava resgatar o orgulho italiano maculado e do soldado italiano que combateu na Grande Guerra que então, sentia-se humilhado e esquecido numa sociedade com graves crises econômica e política.

A violência do fascismo seria uma resposta à violência totalitária dos socialistas bolcheviques. Dessa maneira, enquanto os socialistas agem em nome de uma classe e de seus interesses, os fascistas agem em nome de toda a nação. Combatiam a todos que se colocam ao lado da especulação, da agiotagem, do lucro sem trabalho e/ou do interesse particular de uma única classe. O confuso discurso fascista ganha nas ações teatrais e hábeis de Benito Mussolini e nas forças de seus artigos publicados no Il populli d'Italia, um sentimento capaz de mobilizar setores descontentes com o liberalismo e com a ação socialista do proletariado e

camponeses. O Fascismo se propunha a ser mais que um “fenômeno político, é um fenômeno espiritual “ que afirmaria a vitória dos combatentes na I Guerra, que desprezaria aqueles (como os socialistas), que foram pacifistas ou contra a guerra. Daí arregimenta estudantes, oficiais, intelectuais, nobres, empregados, camponeses e proletários (MARIATEGUI idem p 933)

Os métodos fascistas serão frisados por Mariátegui como a intimidação e a violência através da tortura contra os opositores de esquerda, como o deputado socialista Giacomo Matteotti, morto pelas falanges, ou contra os liberais, como Piero Gobetti e Benedeto Croce. Igualmente, não acreditava na fé de Giovanni Giolitti, na tradição transformista da política italiana de que Benito Mussolini e os fascistas se adaptariam ao ambiente parlamentar liberal. “O fascismo é a ação ilegal das classes conservadoras, temerosas da insuficiência da ação legal do Estado, em defesa da subsistência deste. É a ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução” (MARIATEGUI Idem, p. 149).

José Carlos Mariátegui deixa claro que o espírito da reação não era afirmação do novo, de uma revolução, mas a defesa incrustada da ordem burguesa e do capitalismo. O espírito do capitalismo e de seus valores era o verdadeiro componente policrômico da religião fascista, como faz lembrar, ao narrar o financiamento das classes burguesas ao movimento e a ditadura.

Acreditava que a indefinição dos socialistas – em ora crer no parlamento, ora boicotar o parlamento, como contraponto a Mussolini – fortaleceria a ditadura. Percebia que este era um movimento internacional do capital, não era apenas uma exceção, mas a afirmação de uma reação à Revolução russa e a ameaça da revolução socialista na Itália e no mundo. Dessa forma “O liberalismo e a democracia renegaram, ante o fascismo, sua teoria e sua práxis. Sua capitulação foi plena”. (MARIÁTEGUI, 2010c, p. 197).

Mariategui via a necessidade de unidade das forças socialistas (USI, PSI e PCI), - e tal qual a Engels em suas cartas a Turatti - , a formação de um bloco com as forças liberais e democráticas frente a ditadura. Percebe que a ação violenta e a censura a imprensa bloqueou a comunicação das forças democráticas junto a sociedade. Dessa

forma, a oposição parlamentar e as forças sindicais e sociais foram postas a margem e na ilegalidade, de modo simples com pouca resistência e sem uma verdadeira oposição triunfou a ditadura fascista.. (MARIATEGUI idem p 275)

Por fim: em tempos em que imigrantes pobres são assassinados nas fronteiras, em que manifestações são feitas para que não se dêem comida e água a moradores de rua, em que governantes comemoram com suas policias a morte de negros e pobres, que um presidente ataca índios, gays e os desvalidos , em que muros separam cidades e países entre suas populações ricas e pobres, em que fazendeiros ateiam fogo na maior floresta do mundo para comemorar a impunidade. O pensamento de José Carlos Mariátegui é uma leitura atual e recomendada. Nos coloca como reflexão - especialmente no momento em que vivenciamos uma crise no e do Estado neoliberal -, a alternativa do socialismo como resposta a barbárie capitalista colocada.

* Doutor em História Econômica (USP) e Professor de Sociologia DESOC/UFMA

BIBLIOGRAFIA

BORDIGA, Amadeo e GRAMSCI, Antonio. **Conselhos de Fábrica**, São Paulo, Editora Brasiliense1981.

CALLIL, Gilberto, **A experiência italiana e o desenvolvimento desenvolvimentodo marxismo do marxismo de José Carlos Mariátegui** (1920-1922). Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL

ENGELS F, **Cartas de Engels a Turatti** in https://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1895/socialismoitalia.htm Consultado em 30/09/2019)

GRAMSCI, Antonio, **Carta a Trostky** in https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/futurismo.htm, consultado em 20/09/2019)

_____**SOCIALISTAS e FASCISTAS**, 1921 https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/06/11.htm Consultado em 18/09/2019)

_____**A crise italiana**

_____**Cartas do Cárcere**

_____**Itália e Espanha**

_____**Nem Fascismo, nem Liberalismo: Sovietismo!**

_____**O fascismo e a sua política - escritos políticos**

_____**Os Dois Fascismos in dossie sobre o Fascismo** MIA https://www.marxists.org/portugues/tematica/fascismo.htm

_____**A marcha do Fascismo sobre Roma** in https://lavrapalavra.com/2021/06/28/artigo-inedito-de-gramsci-a-marcha-fascistas-sobre-roma/

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1977

MACHADO, Marília Gabriella**. O Fascismo através do prisma gramsciano**. In: Revice - Revista de Ciências do Estado, v1, n.2, Belo Horizonte, 2016

MARIÁTEGUI, José Carlos**. As origens do fascismo.** São Paulo: Alameda, 2010

_____ Obras Completas, Tomo I, Lima . Editora Minerva, 1994

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1976

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PERICÁS, Luis Bernardo. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

SECCO, Lincoln **Gramsci e a Revolução**. São Paulo, Ed Alameda, 2002

TOGLIATTI Palmiro, **Lições sobre o Fascismo**, São Paulo, Ed Ciências Humanas, 1977.